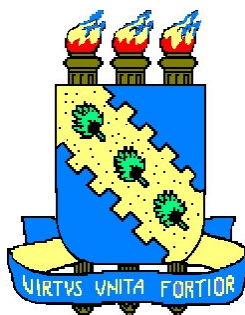


Universidade Federal do Ceará (UFC)
Comissão Própria de Avaliação (CPA)

**PROJETO PARA A AUTO-AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ (UFC)**

Fortaleza, março de 2005.



Administração Superior da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. René Teixeira Barreira (Reitor).

Prof. Ícaro de Sousa Moreira (Vice-Reitor).

Profa. Angela Maria Rossas de Gutierrez (Diretora do Instituto de Cultura e Arte).

Prof. Luis Carlos Uchoa Saunders (Pró-Reitor de Administração).

Prof. Ciro Nogueira Filho (Pró-Reitor de Planejamento).

Profa. Ana Maria Iório Dias (Pró-Reitora de Graduação).

Prof. Manoel Odorico de Moraes Filho (Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação).

Prof. Luiz Antonio Maciel de Paula (Pró-Reitor de Extensão).

Prof. João Batista Arruda Pontes (Pró-Reitor de Assuntos Estudantis).

Prof. Marcos Augusto E. Araripe (Superintendente de Planejamento Físico e Operações).

Prof. Fernando Henrique Monteiro Carvalho (Superintendente de Recursos Humanos).

Prof. Marcos de Holanda (Procurador Geral).

Comissão Própria de Avaliação (CPA/UFC)

Prof. Wagner Bandeira Andriola (Presidente).

Profa. Maria de Lourdes Peixoto Brandão (Representante da Graduação).

Profa. Lorita Marlina Freitag Pagliuca (Representante da Pós-Graduação).

Prof. Fernando José Pires de Sousa (Representante da Extensão).

Profa. Mirtes Miriam Amorim Maciel (Representante dos Docentes).

Vera Maria Gomes de Almeida (Representante dos Técnico-administrativos).

Paulus Igor Lima Xavier (Representante dos Discentes).

Prisco Rodrigues Bezerra (Representante da Sociedade Civil - FIEC)

Fernando de Assis Diniz (Representante da Sociedade Civil - CUT).

Sumário

Apresentação	1
0. Introdução	2
0.1. Avaliação institucional: princípio socrático do “ <i>conhece-te a ti mesmo</i> ”	2
0.2. Princípios que justificam a avaliação institucional	2
0.3. Características desejáveis à avaliação institucional	4
0.4. Obstáculos e desafios à implementação da avaliação institucional	5
1. Descrição geral da Universidade Federal do Ceará (UFC)	6
1.1. Missão	7
1.2. Organização administrativa e acadêmica	7
1.2.1. Administração superior	7
1.2.2. Administração acadêmica	8
1.3. Alguns dados e indicadores institucionais da UFC	9
1.3.1. Recursos humanos	9
1.3.2. Ensino de graduação e pós-graduação	9
1.3.3. Investigação científica	11
1.3.4. Extensão e assistência estudantil	12
2. Avaliação institucional no âmbito da UFC	13
2.0. Breve retrospectiva histórica	13
2.1. Experiências institucionais associadas à avaliação: o caso da pós-graduação	13
2.2. Experiências institucionais associadas à avaliação: o caso da graduação	14
2.3. Experiências institucionais associadas à avaliação: o caso da extensão	16
2.4. A prática da avaliação da atuação docente	16
2.5. A prática da avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos	16
3. O novo paradigma da avaliação inaugurado pelo SINAES	18
3.1. Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFC	20
3.1.0. Funções e papéis das CPA's	20
3.1.1. Principais necessidades que se apresentam às CPA's	21
3.1.2. Principais desafios que se apresentam às CPA's	23
3.1.3. Breve retrospectiva histórica das andanças da CPA da UFC	25
4. Reflexões e proposições oriundas das reuniões da CPA da UFC	26
4.1. Revisão da composição da atual CPA da UFC	26
4.2. Necessidade de contar com CPA's setoriais	26
4.3. Necessidade de planejar estratégias visando sensibilizar e incentivar a participação e o engajamento dos atores institucionais	27
4.4. Necessidade de contar com condições mínimas de trabalho	27
5. Etapas previstas para a auto-avaliação institucional	27
6. Cronograma de execução das etapas	29
7. Fontes e Instrumentais para a coleta das informações institucionais	29
8. Análise e interpretação das informações institucionais	29
9. Considerações finais	30
10. Referências Bibliográficas	31

Apresentação

Embora setores mais esclarecidos da comunidade acadêmica interna tenham conhecimento da relevância da avaliação institucional como atividade planejada, sistemática e indutora, que proporciona relevantes informações para a efetivação do planejamento estratégico e para a tomada de decisões do gestor, há significativa parcela que tem por ela total indiferença. Tal se dá por conta dos modelos teóricos que fundamentaram as avaliações no passado recente, nos quais se privilegiavam os produtos educacionais, em detrimento dos processos empregados em sua consecução; as medidas, em detrimento do conhecimento dos aspectos qualitativos; o pontual, em contra do global; o fazer mecanicista e burocratizado, em detrimento da participação e da reflexão coletiva; a extremada objetividade, negando a existência e a importância da subjetividade humana, etc.

A nova conjuntura nacional ressalta o relevante papel da avaliação como (i) mecanismo de conhecimento e (ii) forma de regular ações institucionais. No primeiro caso, aplica-se o princípio socrático do *conhece-te a ti mesmo*, ação salutar que permite o debruçar-se sobre a realidade avaliada, com o objetivo de conhecê-la, refletir acerca da mesma e aprimorá-la, no que for possível. O segundo aspecto, o da regulação, tem por base a busca pelo alcance da responsabilidade social da instituição. Portanto, caso a instituição não esteja cumprindo a contento, através de suas ações de ensino, investigação e extensão, com esse imprescindível objetivo social e acadêmico, é preciso re-planejar e repensar as ações institucionais, reguladoras da sua atuação e facilitadoras da consecução do mencionado objetivo. Ambas se constituem em atividades inerentes à gestão institucional.

Nesse contexto, cabe destacar o avanço conceitual que alicerça a avaliação educacional, através dos marcos reguladores estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 20 de dezembro de 1996, e mais recentemente pela criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), através da Lei 10.861 de 14 de abril de 2004. Estas foram tentativas significativas de adequar a atividade avaliativa à gestão da educação, dada a compreensão dos benefícios que podem ser gerados a partir da mencionada díade (avaliação e gestão).

Portanto, constituir a avaliação institucional em prática rotineira, sistêmica, participativa, holística, cíclica e ética é, pelo menos os membros da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Ceará (UFC), um hercúleo desafio. O presente projeto busca constituir-se num ponto de inflexão institucional, que visa avançar na construção e no compartilhamento do auto-conhecimento acerca da nossa realidade, buscando transformá-la, para benefício da comunidade interna. Sobretudo, em prol de uma sociedade civil menos heterogênea, injusta e pobre, que, ainda assim, seja ávida por educação gratuita e de qualidade, relevante para o desenvolvimento equitativo de uma nação efetivamente independente.

Fortaleza, 26 de março de 2005.

Prof. René Teixeira Barreira
Reitor/UFC

0. Introdução

Muito provavelmente cada um de nós haverá tentando elaborar, em um dado momento ou situação, algum conceito para *avaliação*. Convém destacar que atrás de um mesmo termo se escondem muitos conteúdos semânticos (CASANOVA, 1997). Por exemplo, os ingleses utilizam diferentes palavras para designar os conteúdos que nós incluímos no termo *avaliação*: *accountability, assessment, evaluation, appraisal, self-evaluation, self-assessment*, etc (CONTERA, 1995; SOBRINHO, 2003). Com isso, desejamos enfatizar dois aspectos: (i) resulta absolutamente imprescindível aclarar o tipo de avaliação ao qual referimo-nos, porque (ii) acreditamos, equivocadamente, que estamos entendendo-nos quando abordamos a temática da *avaliação*. Ao sabermos que estamos lidando com diferentes idéias, visões e conceitos, será possível, então, avançarmos na direção de um modelo conceitual, condizente com os objetivos e metas pretendidas pela sociedade (CASANOVA, 1992).

0.1. Avaliação Institucional: princípio Socrático do “conhece-te a ti mesmo”

Creio ser positivo o fato de que, através da avaliação institucional, possa romper-se com a exclusividade de o aluno como seu único objeto. Sabemos que o produto educativo —a aprendizagem discente— é o último degrau na hierarquia educacional sendo, por isso mesmo, o mais importante (ANDRIOLA, 2003 ab). Não obstante, há diversos fatores que influenciam-no e que dependem da instituição, dos docentes, dos gestores, dos recursos, das estruturas organizacionais, das estruturas físicas e políticas, etc. Quero, com isso, tentar demonstrar que quando se avalia exclusivamente a aprendizagem do aluno pede-se unicamente a ele, discente, que aprimore ou melhore aquele aspecto deficitário para que, assim, possa ter melhor rendimento em futuras avaliações. Essa é uma idéia equivocada que, conforme opinam Amado (2003), Silva Júnior, Catani e Gilioli (2003), pautou alguns dos nossos sistemas de avaliação, tais como o Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o extinto Exame Nacional de Cursos (Provão).

Compreendemos a avaliação institucional como um processo que permite a reflexão acerca da realidade estudada e que nos exige, a todos os atores implicados, o compromisso com o conhecimento e com o conseqüente aprimoramento dessa mesma realidade (ANDRIOLA, 2003b; BELLONI, 1999). Nesse contexto, para que a Universidade seja uma instituição que aprenda consigo mesma deverá, obrigatoriamente, abrir-se às indagações resultantes da avaliação, isto é, aceitar a informação, válida e rigorosa, que possibilite instaurar consciência institucional voltada ao compromisso com o aprimoramento constante, função de todo e qualquer ato ou ação avaliativa (ANDRIOLA, 2002).

0.2. Princípios que justificam a avaliação institucional

Há, sem sombra de dúvidas, inúmeras razões ou princípios que justificam a avaliação institucional das universidades brasileiras (ANDRIOLA & RODRIGUES, 2004; BALZÁN & SOBRINHO, 2000; RISTOFF, 2000). Não obstante, apresentaremos tão somente seis deles, pois acreditamos que sejam os mais relevantes.

a) Racionalidade: entendendo a avaliação como um processo de conhecimento e compreensão de uma dada realidade, não se pode aceitar por que as instituições educacionais seguem funcionando sem que saibamos, ao certo, o que lhes está ocorrendo em termos de pretensões educacionais, de atuação docente e de repercussão social. Resulta irracional pretender algo e não saber nunca se o que se deseja foi, realmente, alcançado. É de extremada relevância respondermos a indagações do tipo:

está sendo alcançado o que com muito esforço, tempo e dinheiro se pretende? É razoável o custo para alcançar-se tais finalidades? Estão sendo alcançadas outras finalidades que não se pretendiam? Como se pode melhorar os processos e, por conseguinte, os produtos educativos?

b) Responsabilidade: o que se faz no interior das universidades não é intrascendente, banal ou irrelevante. De tudo o que sucede nas instituições educacionais, há sempre quem se beneficia e quem se prejudica. As questões sobre a responsabilidade institucional se afrontam desde a avaliação, porque está nos oferece um diagnóstico do que está ocorrendo no interior da universidade e, ademais, nos lança luzes acerca da forma de como se poderá aprimorá-la.

Seria inimaginável e inadmissível que os profissionais de um hospital falhassem reiteradamente em seus diagnósticos, errassem nos tratamentos proostos, fracassassem nas cirurgias, sem que ninguém os indagasse sobre o que está acontecendo no interior da instituição de saúde. Nesse caso, parece que aí sim, existem repercussões visíveis e importantes. Por outro lado, as que se dão nas instituições educacionais, por serem de outra natureza, não são consideradas tão importantes, não são tão visíveis ou parecem ser de responsabilidade exclusiva dos seus “pacientes”.

c) Gestão colegiada: há nas universidades excessiva fragmentação curricular, de espaço e de tempo. Nós, docentes, preocupamo-nos, muitas vezes, tão somente em que os nossos alunos dominem o conteúdo curricular. No entanto, a quem caberá responder a pergunta: *como acabam formados os universitários da instituição? Que funções estarão os discentes aptos a desempenhar na sociedade? Como funciona e o que há de melhorar na instituição? Que tipo de cidadão requer de nós a sociedade? Cabe à avaliação institucional afrontar estas questões de forma direta. Desse modo, se deduz que a avaliação institucional é tarefa e responsabilidade de todos os atores da universidade. Nasce de todos e a todos se dirige.*

d) Reflexão: há uma infinidade de caminhos para melhorar a prática profissional na universidade. No entanto, há uns mais fáceis de trilhar que outros. Uma dessas vias deriva-se do conhecimento produzido pela avaliação institucional que possibilita, desse modo, a reflexão rigorosa e sistemática sobre a prática profissional. Os profissionais responsáveis são aqueles que se avaliam com respeito a normas críticas; investigam os efeitos relativos ao ensino e aos resultados; respondem eficazmente às transformações de contexto; experimentam e inovam para resolver os problemas que se lhe apresentam. A formação psicopedagógica do professorado tem vinculações fortes com este reflexão, que deve focalizar sua atenção aos processos de ensino e aprendizagem. Cabe destacar, por fim, que o conhecimento derivado da avaliação deveá destinar-se não tanto à produção de informação, mas à compreensão que aprimore os profissionais e as práticas pedagógicas.

e) Aprimoramento: as instituições educacionais podem melhorar. No entanto, essa possibilidade dependerá da vontade, inteligência e esforço dos gestores; do compromisso dos profissionais, dos docentes e dos discentes. Um sistema de avaliação devidamente planejado, delineado e aplicado é o recurso mais eficaz que pode dispor uma instituição educacional, sempre que tenha como objetivo apreciar a qualidade de seus serviços e processos e, assim, decidir as ações e para a sua melhora e aprimoramento. Parece ser uma idéia aceita por amplos setores do campo educacional que a melhora da aprendizagem discente dar-se-á a partir do aprimoramento da atuação docente. Não obstante, devemos destacar a necessidade de atuar sobre outros aspectos, tais como, a estrutura física, os processos de seleção, a organização do tempo acadêmico, a formação docente e técnico-administrativa, etc. O processo avaliativo supõe, pois, uma interpelação à dimensão organizacional e estrutural da instituição educacional.

f) Referência: a universidade pública brasileira pode e deve constituir-se num espaço de referência às exigências intelectuais, éticas e profissionais. Ao escutar críticas sobre uma instituição que deveria ser modelo para a sociedade não posso, como membro da mesma, silenciar-me. Não porque as formulem, mas porque muitas delas têm bases sólidas. Ao empreender processos avaliativos que lhe permitam afrontar as críticas, fundadas e infundadas, refletir sobre si mesma e, sobretudo, empenhar-se no aprimoramento próprio, estará prestando duplo serviço à sociedade. Primeiramente: estará demonstrado compromisso com a busca da melhora institucional, fato que deverá ser reconhecido e elogiado ante a opinião pública. Segundo: estará servindo de modelo e referência para instituições de menor porte, pois não há melhor forma de autoridade que o exemplo.

0.3. Características desejáveis à avaliação institucional

Em conformidade com a expressão de Sobrinho (2003), Sobrinho e Ristoff (2003) faz-se mister que as características desejáveis à concepção avaliativa sejam enumeradas e descritas, ainda que de forma muito resumida.

a) Democrática: a avaliação deve proporcionar aos protagonistas conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão valorados, para que, assim, possam participar, de modo ativo, na busca de soluções aos problemas e/ou dificuldades identificadas no âmbito institucional.

b) Contextualizada: a avaliação deve possibilitar que a instituição educacional conheça a demanda por ensino superior no ambiente social onde está inserida; deve respeitar a identidade, história e cultura institucionais, empregando, para isso, séries históricas de indicadores.

c) Holística: a avaliação deve considerar a totalidade dos elementos da realidade educacional, já que tudo se relaciona. Assim, cabe-lhe enfatizar as estruturas administrativas e acadêmicas, os recursos materiais e humanos, as relações humanas, os processos e os produtos educacionais, o clima institucional, etc.

d) Flexível: a avaliação não deve ater-se a fases e procedimentos rígidos, pois do processo avaliativo vão emergindo situações, condicionantes e exigências que modificam o planejamento inicial. No entanto, para evitar decisões casuísticas, é necessário justificar as modificações e deixar constância delas.

e) Estimuladora: a avaliação deve caracterizar-se como uma atividade estimuladora à participação de toda a comunidade institucional, e não como um processo punitivo ou elitista. A constante busca pelo aprimoramento e pela auto-superação são aspectos que devem ser sempre enfatizados aos partícipes.

f) Educativa: a avaliação deve preocupar-se por implementar e respeitar valores morais, que devem ser institucionalizados, tais como, o respeito à liberdade de expressão e participação, o cumprimento das atividades, a discussão democrática acerca dos resultados obtidos, a busca colegiada pelo aprimoramento institucional, etc.

g) Ética: deve estar pautada em valores morais e éticos, em conformidade com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição.

h) Sistemática: a avaliação é uma atividade que não poderá ter um fim em si mesma (ANDRIOLA, 1999). Assim, deverá ser alvo de um processo contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo —meta-avaliação.

i) Enfatiza processos: a avaliação é uma atividade cuja preocupação centra-se em compreender os processos organizacionais, administrativos e pedagógicos, que levam a instituição a obter uns determinados resultados ou produtos educacionais. Compreendendo a sistemática de funcionamento desses processos poder-se-á atuar sobre os aspectos mais deficitários no intuito de melhorá-los. Vê-se, portanto, que a

ênfase não está no produto, mas nos processos educacionais que proporcionam determinados resultados ou produtos.

j) Usa procedimentos variados: considerando a complexidade da realidade institucional, caberá aos responsáveis pelo planejamento e execução do processo avaliativo utilizar múltiplos procedimentos para apreender os aspectos desejados. Assim, é legítimo utilizar questionários, roteiros de entrevistas, provas de rendimento; realizar observações sobre a estrutura física, sobre a atuação docente; organizar seminários e reuniões para debater aspectos organizacionais e políticos da gestão universitária, etc.

k) Usa linguagem compreensível: deverá evitar-se, na medida do possível, a utilização de termos técnicos que possam dificultar a compreensão da comunicação dos resultados por aqueles setores menos familiarizados com a área. Uma avaliação que converte o conhecimento da realidade em um conjunto de símbolos criptografados está ferindo um sagrado direito dos atores envolvidos na atividade: *conhecer e compreender o que está ocorrendo no âmbito institucional*. Caso isso fosse verificado, estaríamos roubando-lhes um conhecimento que também lhes pertence.

0.4. Obstáculos e desafios à implementação da avaliação institucional

Antes de finalizarmos a exposição, destacaremos que, como toda e qualquer atividade, a avaliação institucional encontrará, inevitavelmente, barreiras e obstáculos a transpor. Quiséramos, nesse momento, apresentar alguns desses obstáculos.

a) Individualismo dos profissionais, que está assentado em práticas de escassa participação, mas de muita cobrança. Não podemos esquecer que a avaliação institucional é, necessariamente, um processo coletivo e que, por isso mesmo, deve ser compartilhado por todos os protagonistas institucionais.

b) Repetição rotineira das práticas tem componentes institucionais —dimensão nomotética, pois a mesma é uma entidade de escassa flexibilidade para a introdução de mudanças e inovações. Porém, há um componente pessoal —dimensão ideográfica que ante a presença do novo e do desconhecido, gera medo, alimenta mitos e propicia a construção de estereótipos avaliativos, que podem incrementar os erros.

c) Tempo que se tem ou que se necessita para levar a cabo a atividade de avaliação institucional. É preciso contar com tempo para tornar a avaliação prática respeitada, corriqueira, totalmente institucionalizada e criticada através da meta-avaliação —avaliação do próprio processo avaliativo.

d) Desmotivação dos protagonistas, ocasionada pela demora em tornar realidade a tão decantada avaliação institucional ou por não enxergar o aprimoramento institucional à luz dos resultados avaliativos. Também há que se tentar combater o fatalismo, caracterizado pela crença na impossibilidade da mudança e do aperfeiçoamento institucionais.

e) Desconhecimento e a desinformação de setores da instituição sobre a atividade avaliativa. É preciso combater ambos os aspectos através de sólida e eficiente rede de comunicação interna e externa. Também a maximização de experiências infrutíferas deverá ser combatida, como modo de evitar-se a criação de consciência coletiva de desânimo e negativismo.

f) Falta de recursos orçamentários dedicados à prática avaliativa da instituição educacional é um grave problema e, sem exageros, a maior dificuldade a ser vencida. Não obstante, a determinação da equipe responsável pela atividade avaliativa e a vontade política dos gestores institucionais, são aspectos que poderão reverter o quadro de dificuldades que se vislumbra possa vir a concretizar-se. Ainda na dimensão das finanças, faz-se mister destacar que os resultados da avaliação devem possibilitar o aprimoramento da realidade institucional valorada. No caso das universidades públicas federais, haverá que se rever a matriz de financiamento, cuja estagnação verificada entre 1994 e 2002

prejudicou o exercício do seu papel acadêmico e social, apesar de indicadores bastante aceitáveis, conforme apresentamos.

Outrossim, devemos, uma vez mais, lembrar a relevância da avaliação institucional. Através de dados relativamente pobres, que representavam apenas quantidades de aspectos da realidade institucional da UFC pudemos, assim mesmo, organizar um sistema descritivo, coerente e amplo, que proporciona conhecimento qualitativo e holístico, acerca dessa complexa e dinâmica instituição federal de ensino superior.

Ainda cabe destacar a riqueza das seqüências históricas, reveladoras de tendências, conforme observamos através dos indicadores institucionais, componentes do embrionário sistema desenvolvido no âmbito da UFC. Complementando-se essas seqüências numéricas com informações de natureza qualitativa, teremos avançado, efetivamente, na direção da consolidação de um paradigma avaliativo que utiliza, de modo racional e inteligente, dados quantitativos e qualitativos.

Para concluir, vislumbremos, por um breve momento, a riqueza e a amplitude das informações que podem resultar da união entre esse embrionário sistema de dados e indicadores institucionais e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)¹. Contaremos, desse modo, com precioso manancial de informações educacionais, que proporcionará aos gestores maior facilidade na execução do planejamento estratégico institucional (BORDEN & BANTA, 1994).

1. Descrição geral da Universidade Federal do Ceará (UFC)

A Universidade Federal do Ceará (UFC) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, que foi criada pela Lei 2.373, de dezembro de 1954, tendo sido instalada no dia 25 de junho de 1955. Originalmente foi constituída pela união da Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia. A UFC conta hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus três *campi*, formados por quatro centros (Ciências, Ciências Agrárias, Humanidades e Tecnologia) e cinco faculdades (Direito; Educação; Economia Administração, Atuária e Contabilidade; Farmácia, Odontologia e Enfermagem; e Medicina). Sediada em Fortaleza, Capital do Estado, a UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará cujo objetivo perseguido é atender às diferentes escalas de exigências dessa sociedade.

A UFC ocupa uma área urbana de 233 hectares, assim distribuídos:

- Campus do Benfica (13ha) – Reitoria; Pró-Reitorias de Planejamento, Administração e Assuntos Estudantis; Centro de Humanidades; Faculdades de Direito, Educação, e Economia, Administração, Atuária e Contabilidade; Curso de Arquitetura e equipamentos culturais.
- Campus do Pici (212 ha) – Centros de Ciências, Ciências Agrárias e Tecnologia; Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação; Biblioteca Universitária, núcleos e laboratórios diversos, além de área para a prática de esportes.
- Campus do Porangabussu (8 ha) – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem; Faculdade de Medicina; complexo hospitalar (Hospital Universitário Walter Cantídio, Maternidade-Escola Assis Chateaubriand e Farmácia-Escola), laboratórios e clínicas.

Existem ainda, fora dos três *campi*, o Instituto de Ciências do Mar (Meireles), a Casa de José de Alencar (Messejana) e as fazendas experimentais (Quixadá, Pentecoste e

¹ Para leitura de maior fundamentação acerca do SINAES, consultar a Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), que no Volume 9, Número 1 de 2004, aborda em amplitude e profundidade o tema.

Maracanaú). Outrossim, o curso de Medicina possui duas extensões no interior do estado: em Sobral (Zona Norte) e em Barbalha, no Cariri (Sul do Ceará).

Ademais, faz-se mister destacar os seus equipamentos de apoio às atividades de ensino, cultura e artes:

- Sistema de Bibliotecas, com 14 unidades (sendo 12 em Fortaleza, 1 em Barbalha e 1 em Sobral).
- Casa de José de Alencar (museu, pinacoteca, centro de treinamento, ruínas do primeiro engenho a vapor do Ceará e a casa onde nasceu o autor de Iracema).
- Museu de Arte (com obras dos mais representativos artistas plásticos cearenses).
- Casa Amarela Eusélio Oliveira (centro de ensino e criação nas áreas de cinema e vídeo).
- Teatro Universitário (sede do Curso de Arte Dramática).
- Seara da Ciência (museu interativo com exposições sobre física, química e biologia).
- Rádio Universitária FM.
- Concha Acústica.
- Imprensa Universitária.
- Editora da UFC.

1.1. Missão

Tem por missão formar profissionais de alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará e do Nordeste. Possui como lema "o universal pelo regional".

1.2. Organização administrativa e acadêmica

A UFC é regida administrativa e juridicamente de acordo com seu Estatuto, Regimento Geral e Regimento Interno de suas diversas unidades. A administração e coordenação das atividades universitárias são exercidas em dois níveis:

- a) Administração Superior
- b) Administração Acadêmica

1.2.1. Administração Superior

A Administração Superior é exercida através dos seguintes órgãos:

- Conselho Universitário (CONSUNI)
- Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE)
- Conselho de Curadores
- Reitoria

Reitoria: Órgão Superior executivo que tem por finalidade planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar as atividades de administração em geral, de planejamento, de assuntos estudantis, de graduação, de pós-graduação, de pesquisa e de extensão no âmbito da Universidade.

Estrutura Orgânica da Reitoria

I - Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Reitor

- Gabinete
- Procuradoria Geral
- Comissão Permanente de Pessoal Docente
- Comissão Permanente de Pessoal Técnico-Administrativo (CPPTA)

- II - Órgãos de Assessoramento ao Reitor
 - Coordenadoria de Comunicação Social
 - Coordenadoria de Assuntos Internacionais
 - Secretaria dos Órgãos Deliberativos Superiores
 - Ouvidoria Geral
 - Auditoria Interna
 - Coordenadoria de Concursos
- III - Órgãos de Planejamento e Administração
 - Pró-Reitoria de Planejamento
 - Pró-Reitoria de Administração
 - Superintendência de Recursos Humanos
 - Superintendência de Planejamento Físico e Operações
- IV - Órgãos de Atividades Específicas
 - Pró-Reitoria de Graduação
 - Pró-Reitoria de Extensão
 - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
 - Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis
- V - Órgãos Suplementares
 - Instituto de Ciências do Mar
 - Imprensa Universitária
 - Biblioteca Universitária
 - Núcleo de Processamento de Dados
 - Seara da Ciência
 - Instituto Universidade Virtual
 - Instituto de Cultura e Arte

1.2.2. Administração Acadêmica

Os departamentos são coordenados por unidades, com a denominação de Centros ou Faculdades.

Unidades de Pesquisa e Ensino Básico

- Centro de Ciências.
- Centro de Humanidades.

Unidades de Ensino Profissional e Pesquisa Aplicada

- Centro de Tecnologia.
- Centro de Ciências Agrárias.
- Faculdade de Medicina.
- Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem.
- Faculdade de Direito.
- Faculdade de Educação.
- Faculdade de Economia, Administração, Atuariais e Contabilidade.

A administração dos centros ou faculdades é exercida pelos seguintes órgãos:

- Conselho de Centro ou Conselho Departamental
- Diretoria
- Departamentos
- Coordenação de Cursos de Graduação
- Coordenação de Cursos de Pós-Graduação.

1.3. Alguns dados e indicadores institucionais da UFC

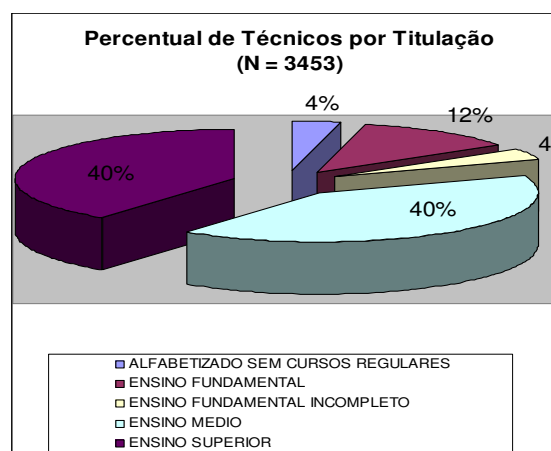
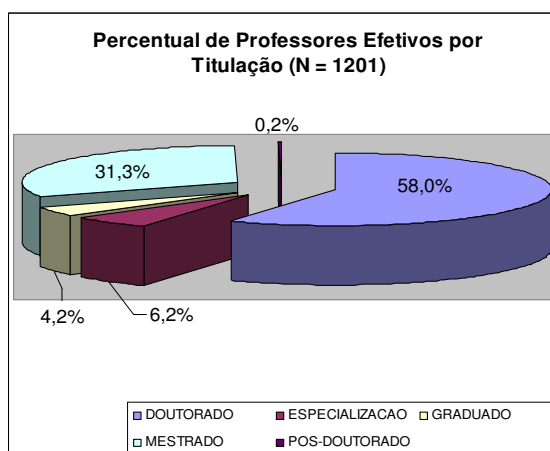
Para que se possa ter idéia superficial acerca da magnitude da UFC, das atividades implementadas no seu interior e da importância dos recursos humanos para o desenvolvimento das mesmas, apresentam-se, a seguir, algumas informações

institucionais.

1.3.1. Recursos Humanos

Os quadros abaixo informam-nos acerca dos recursos humanos existentes no âmbito da instituição.

Reg	SIT	Titulação	Nº Prof	DESCRIÇÃO	Nº Tec
EST	DOC RJU	DOUTOR	700	ALFABETIZADO SEM CURSOS REGULARES	129
EST	DOC RJU	MESTRE	376	ENSINO FUNDAMENTAL	406
EST	DOC RJU	ESPECIALISTA	75	ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	125
EST	DOC RJU	GRADUADO	50	ENSINO MEDIO	1417
--	--	--	--	ENSINO SUPERIOR	1376
TOTAL			1201	TOTAL	3453



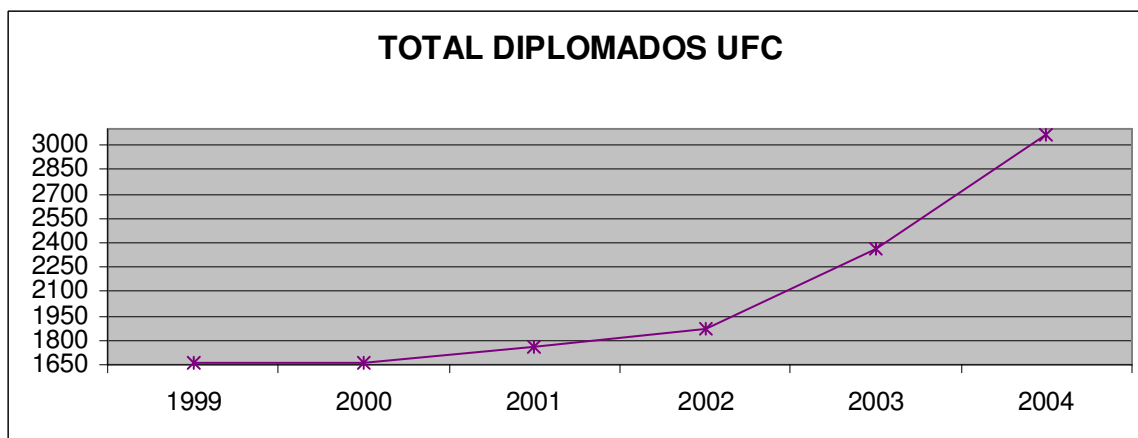
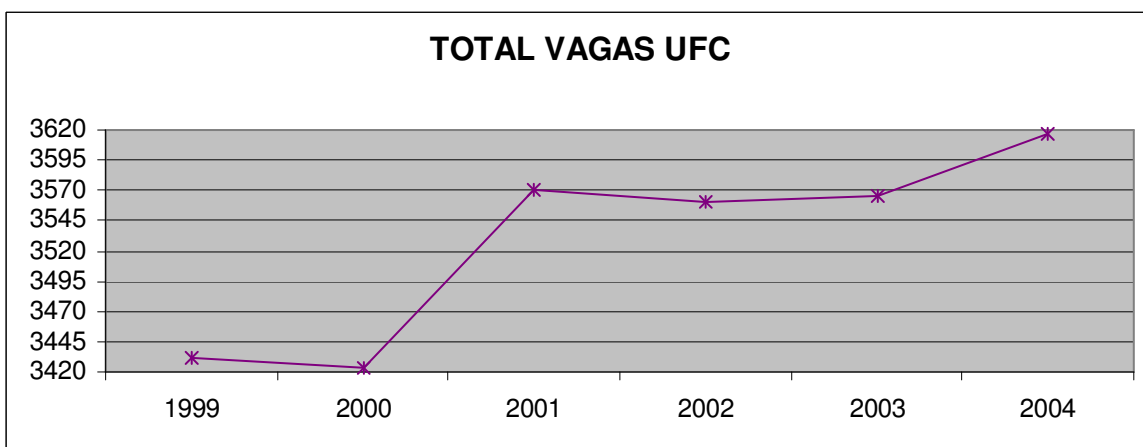
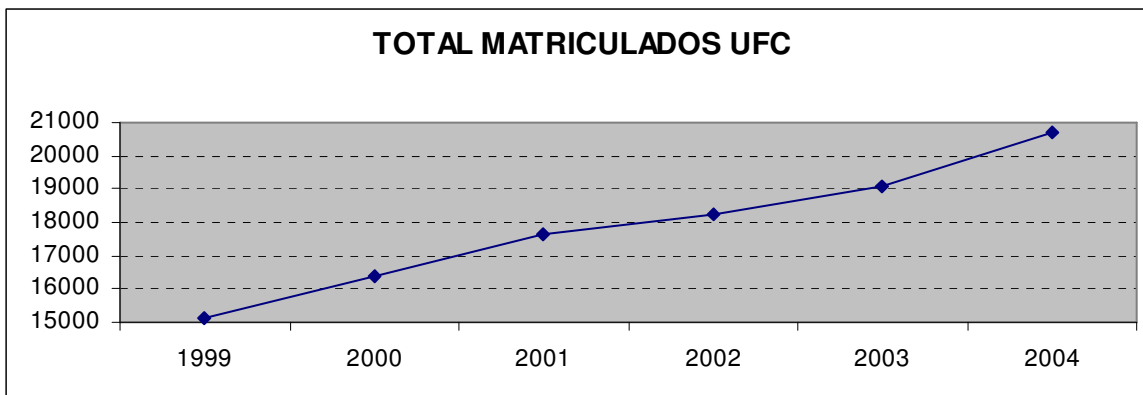
1.3.2. Ensino de graduação e pós-graduação

Os quadros apresentados fornecem-nos informações acerca do universo discente em cursos de graduação, através de série histórica de 1999 a 2004.

Dados de matriculados, concludentes e ingressantes nos cursos de graduação da UFC.

ANO	Matriculados 1º sem *	Matriculados 2º sem *	DIPLOMADOS *	VAGAS PREENCHIDAS *
1999	14978	15279	1658	3431
2000	16274	16438	1667	3423
2001	17525	17698	1764	3571
2002	18222	18307	1867	3560
2003	19668	18539	2367	3565
2004	21135	20267	3069	3616

* Em cursos de Graduação (diurnos e noturnos).



Dados de ingressantes, matriculados e concluintes nos cursos de mestrado.

ANO	Ingressantes *	Matriculados *	Dissertações *
1999	0	898	277
2000	0	1022	316
2001	543	1572	331
2002	465	1458	422
2003	790	1643	291
2004	966	1434	244

* Dados relativos a Janeiro de 2005 (extraídos do sistema Lyceum).

Dados de ingressantes, matriculados e concludentes nos cursos de doutorado.

ANO	INGRESSANTES	MATRICULADOS	TESES DEFENDIDAS*
1999	0	243	28
2000	0	272	48
2001	114	455	67
2002	142	542	91
2003	145	596	71
2004	303	407	68

* Dados relativos a Janeiro de 2005 (extraídos do sistema Lyceum).

1.3.3. Investigação científica

Nesse momento, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* da UFC, existem 48 cursos de mestrado e 18 de doutorado, cujo contingente de matriculados em 2004 foi da ordem de quase 2.940 (dois mil novecentos e quarenta) alunos, sendo 1.434 (um mil, quatrocentos e trinta e quatro) mestrandos e 407 (quatrocentos e sete) doutorandos, havendo 244 egressos de mestrado e 68 de doutorado. Outrossim, o universo de bolsistas ativos na pós-graduação é formado por 345 discentes (225 mestrandos e 120 doutorandos).

No que diz respeito à formação de jovens cientistas, cabe destacar que a UFC oferece 333 bolsas para monitoria em cursos de graduação; 204 bolsas para o Programa de Ensino Tutorial (PET), 417 bolsas de Iniciação Científica (IC/CNPq), 100 bolsas de iniciação científica da UFC (IC/UFC) e 30 bolsas de iniciação científica da FUNCAP (IC/FUNCAP), atingindo, dessa forma, significativa parcela discente. Cabe destacar os resultados das pesquisas desenvolvidas pelos bolsistas dos grupos PET/UFC, em 2004: foram apresentados 271 trabalhos, o que corresponde a uma média de 15,9 trabalhos por grupo, média esta, superior à média do ano passado, que foi de 14,6 trabalhos por grupo. No tocante ao XIII Encontro de Iniciação à Docência, foram inscritos 341 trabalhos, dos quais 317 foram apresentados.

Faz-se mister destacar, portanto, que a geração de conhecimentos científicos e sua posterior transformação em ferramentas tecnológicas implica na (i) formação de recursos humanos de alto gabarito, através dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrados e doutorados), e na (ii) consolidação de grupos de pesquisadores para incrementar o trabalho cooperativo de investigação e a produção de conhecimentos científicos e tecnológicos. Para que tenhamos idéia do quão importante é para a UFC consolidar esses grupos de pesquisa, destacaremos os dados de 2004:

- 246 grupos de pesquisa cadastrados no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- 1.050 pesquisadores, dos quais 790 são doutores, atuando em 981 linhas de pesquisa;
- 1.724 estudantes e 203 técnico-administrativos envolvidos nos projetos de investigação científica.

A produção intelectual desses profissionais resultou, em 2004, em mais de 45 livros editados pela Editora da UFC, com tiragem de 800 a mil exemplares. Foram publicados, ainda, 69 livros, 163 capítulos de livros, 434 artigos em periódicos indexados nacionais, 356 artigos em periódicos indexados internacionais. A participação em eventos científicos somou a incrível marca de 1.991, sendo 252 em congressos internacionais. Esses dados apontam para a relevância da geração de conhecimento e de recursos humanos, frutos da pesquisa científica e da atuação acadêmica, respectivamente. São esses os fatores responsáveis pelo crescimento sustentável, sem os quais seremos uma eterna colônia das nações detentoras do poder econômico e militar, mas, sobretudo, do conhecimento científico e tecnológico.

1.3.4. Extensão e Assistência ao Estudante

Segundo o disposto no artigo 126 do Regimento Geral da UFC, as atividades ou cursos de extensão:

“... serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, de acordo com o seu conteúdo e o sentido que assumam em cada caso”.

No artigo 127 é previsto, ainda que:

“... os serviços serão prestados sob formas diversas de atendimento de consultas, de realização de estudos e de elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica, educacional, artística e cultural, bem como de participação em iniciativas de qualquer destes setores”.

Em 2004 foram ofertados 105 cursos de extensão, sendo 21 novos, cujo contingente de beneficiados aproximou-se das 10.000 pessoas. As áreas de conhecimento atingidas por esses cursos foram: Ciências Agrárias, Ciências Humanas, Ciências Naturais, Educação, Economia, Administração, Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Medicina, Direito e Saúde. Mais um indicador relevante das atividades de extensão: em 2004 foram firmados mais de 160 convênios entre a UFC e as empresas do setor produtivo, com a efetivação de mais de 1.208 vagas para os estágios curriculares e extracurriculares, com a renovação de outros 315 Termos de Compromisso de Estágio. Na área do empreendedorismo foram fundadas ou consolidadas 10 empresas juniores. Ações de extensão ligadas ao Meio Ambiente e ao Desenvolvimento Sustentável também foram desenvolvidas, destacando-se a participação da UFC em 5 eventos: Seminário FIEC/Parque Botânico do Ceará - UFC/ Pró-Reitoria de Extensão, que contou com a participação de 30 pessoas, entre técnicos, professores e estudantes; Fórum “A Cidade em Discussão”, promovido pelo Ministério Público Estadual e a Procuradoria Geral de Justiça; II Semana do Meio Ambiente – A Questão dos Recursos Naturais nos 50 anos da UFC - 250 participantes – Estudantes/Professores/Técnicos /Convidados; XIII Encontro de Extensão; e Projeto de Implantação da Coleta Seletiva e Tratamento dos Resíduos Sólidos na UFC. Na área Cultural foram cadastrados sete novos projetos e reativados outros nove, além de terem sido selecionados oito bolsistas de extensão para atuarem nessa área.

Na área de assistência estudantil, deve ser destacado que o programa de residência universitária atendeu ao seu objetivo geral de assegurar moradia aos estudantes provenientes do interior ou de outros estados, mantendo uma ocupação significativa das 261 vagas disponibilizadas e encerrando o ano com 214 residentes e 49 vagas. Propiciou renda sistemática a uma média de 320 estudantes bolsistas, mediante o desenvolvimento de atividades, na maioria dos casos, vinculadas a sua área de formação.

O projeto de intervenção psicopedagógica proporcionou 25 atendimentos aos residentes com rendimento insatisfatório quanto à aprendizagem; 134 sessões individuais atendendo a 43 estudantes de cursos diversos; quatro encontros grupais: três encontros de Diretores das Residências Universitárias e um com o Grupo de Estudantes Recém-ingressos. Quanto ao atendimento psicológico individualizado, foram efetivadas 361 sessões clínicas, com 25 estudantes atendidos (dos quais 15 continuam em atendimento).

O programa de apoio à participação em eventos científicos ofereceu a 417 estudantes a oportunidade de apresentação dos seus respectivos trabalhos em eventos científicos, totalizando um dispêndio anual de R\$ 122.287,00 (cento e vinte e dois mil e duzentos e oitenta e sete reais). A prestação de assistência médica ao corpo discente e aos servidores da UFC resultou em 4.502 consultas, 45 encaminhamentos laboratoriais e 67 encaminhamentos a clínicas especializadas, 896 exames odontológicos, sendo 230 finalizados.

Por fim, faz-se mister ponderar que o atendimento do Restaurante Universitário (RU) abrange uma parcela dos estudantes que busca otimizar tempo e dinheiro em deslocamento. Atualmente, são atendidos cerca de 1.900 comensais para o almoço. Desse total, 248 são estudantes das residências universitárias, que recebem, também, gratuitamente, o café da manhã e jantar. Nos finais de semana, são enviados gêneros alimentícios para que os residentes preparem suas próprias refeições. No ano de 2004 foram servidas 356.084 refeições aos comensais usuários do RU.

2. Avaliação institucional no âmbito da UFC

2.0. Breve retrospectiva histórica

Nos 50 anos de existência da Universidade Federal do Ceará (UFC) não há nenhum registro formal de ações avaliativas, que caracterizem ou que conformem uma política interna institucionalizada. Ou seja: a avaliação institucional como atividade racional, formal, cotidiana, democrática, que envolve e engaja os atores institucionais no planejamento estratégico-participativo, portanto, como ação fundamental para maior adequação e eficiência da gestão institucional, inexistente enquanto política interna, sistemática, racional e indutora. Salvo experiências pontuais, como pode ser exemplificado através da participação da UFC no extinto Programa de Avaliação institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), entre 1993 e 1996. Não obstante, há exemplos internos de atividades de avaliação educacional, associadas ao ensino e à administração, como é o caso das que são mencionadas a seguir, caracterizando, desse modo, certo paradoxo institucional, como diria Dias Sobrinho (1994).

2.1. Experiências institucionais associadas à avaliação: o caso da pós-graduação

O exemplo dos cursos de pós-graduação (*stricto sensu*) é o que nos chama mais a atenção. Acostumados que estão, os coordenadores, os docentes, os técnico-administrativos e os próprios discentes, em cumprir as rígidas e conhecidas normas de desempenho acadêmico-científico, estabelecidas por renomados órgãos de fomento à investigação científica, como é caso do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES), estes seguem à risca o que determina as mencionadas instituições reguladoras da qualidade da pós-graduação, no âmbito brasileiro. É desse exemplo que se sobressai, de modo mais explícito, as funções de regulação e de indução, exigidas por toda e qualquer atividade avaliativa. A regulação, nesse contexto, dá-se pelo credenciamento, re-credenciamento ou descredenciamento de cursos e/ou programas de pós-graduação que deixem de atender, um mínimo necessário, os critérios de qualidade, estabelecidos pelos órgãos reguladores e fomentadores, já mencionados. A indução pode ser explicitamente visualizada no compromisso da comunidade acadêmica do nível micro (isto é, os atores que conformam um determinado curso ou programa) em seguir, estritamente, os critérios de qualidade estabelecidos pelos órgãos referidos, quais sejam: produção acadêmico-científica em consonância com o *status* do corpo docente; perfil docente com elevada capacitação; diminuto tempo de formação de recursos humanos, seja no âmbito do mestrado, seja no de doutorado; coerência da atuação do corpo docente em suas respectivas áreas de formação, investigação e docência; existência de sólidas linhas de investigação científica; envolvimento do corpo discente em projetos e/ou atividades de investigação e de produção acadêmica; etc.

Existindo desde 1976, o programa de avaliação da CAPES é exemplo clássico e de

sucesso, de política nacional de avaliação aceita por uma comunidade. Claro está, para os estudiosos e simpatizantes das causas avaliativas, que tal programa pode ser aprimorado. Não obstante, vem cumprindo com o seu objetivo maior de impulsionar e aprimorar as atividades de pós-graduação desenvolvidas no Brasil, bem como o de criar e consolidar cursos visando a formação de recursos humanos de elevada qualidade acadêmico-científica.

2.2. Experiências institucionais associadas à avaliação: o caso da graduação

Com o decreto federal 2.026, de outubro de 1996, criou-se o Exame Nacional de Cursos (Provão). A partir desse momento, os cursos de graduação passaram a ser, formalmente, objeto da avaliação educacional. Não obstante, o foco dessa atividade avaliativa consistia em sondar tão-somente uma parte, isolada dos processos educacionais, qual seja: *o produto educacional ou a aprendizagem discente*. É buscar ver unicamente a ponta do *iceberg*, quando a sua maior riqueza está sob o oceano!

Não obstante, essa nova sistemática avaliativa impulsionou a criação de uma cultura institucional preocupada com a avaliação desses cursos, além de gerar o mais positivo aspecto: *a discussão acerca das suas intenções e das suas potenciais virtudes*.

Como resultado desse amadurecimento institucional, atualmente, o processo de avaliação institucional vem sendo delineado a partir de princípios democráticos que indicam ensaios de uma ação coletiva, cujos atores institucionais eleitos pela comunidade acadêmica passam a assumir, no cenário dos SINAES, a condição de animadores culturais – mobilização articulada visando construir percursos avaliativos reais e que assegurem uma leitura dos achados culturais manifestos cotidianamente na esfera pública. Nessa perspectiva, anunciamos alguns ensaios propositivos redesenhados pela Pró-Reitoria de Graduação através de suas coordenadorias de Pesquisa e acompanhamento Docente (CPAD), de Pesquisa, Informação e Documentação de dados e de Acompanhamento Discente (CAD), que constituem indicadores para re-significação da cultura da avaliação institucional no âmbito dos cursos – desterritorializando poderes e sinalizando trajetos coletivos para o exercício da crítica reflexiva, que possibilite transformações. As ações de mobilização propostas recortam segmentos e vêm sendo processadas desde que foram iniciadas as discussões dos SINAES na UFC. Estão orientadas pelo coletivo do Fórum de Coordenadores, que tem colaborado no sentido de delinear ***estratégias de mobilização e esclarecimento à comunidade universitária*** sobre o **SINAES/CPA**, introduzindo no cenário da graduação uma cultura de avaliação como um processo democrático e de interesse institucional. Este será concretizado em estratégias simultâneas, apresentadas a seguir:

Estratégia 1 – ***Diagnóstico de Cursos de graduação e das coordenações-***, reeditada em 2005. Coordenadores de curso serão convocados para realizar um levantamento das condições de oferta dos cursos de graduação e da gestão curricular, tendo em vista subsidiar: 1) projetos e programas de reestruturação das coordenações como espaço político-pedagógico considerando as sinalizações advindas da Reforma Universitária em discussão; 2) Assegurar a construção e a implementação de novos Projetos Pedagógicos em atendimento aos aspectos legais (LDB 9394/96 e Diretrizes Curriculares/MEC), ano em que cursos de graduação completam 50 anos de criação, anunciando possibilidades culturais para região / país.

Estratégia 2 – ***Instalação da Rede de Valorização da Docência Universitária*** planejada a partir de um diagnóstico da formação docente na UFC para o enfrentamento da dimensão pedagógica instituída nos novos projetos pedagógicos que passam a exigir uma profissionalização docente. Junto a esta iniciativa da PrGr, pretende-se ampliar o conceito

da formação dos gestores de currículos – coordenadores de cursos de graduação e de pessoal Técnicos Administrativos que lidam com a problemática do gerenciamento do sistema e que, por esta razão, conhecem profundamente o cotidiano dos projetos formativos, podendo colaborar na construção de dados reais passíveis de leitura pela comunidade interna e externa indicando seus problemas, limites e possibilidades.

Estratégia 3- **Incentivo à construção de um cadastro permanente de docentes** junto aos departamentos acadêmicos, no sentido de promover informações precisas sobre os informes solicitados ao coordenador de curso – via formulário eletrônico que é preenchido no ato da Avaliação das Condições de Ensino (ACE/INEP).

Estratégia 4 - **Inscrição e esclarecimentos sobre o ENADE** - procedimento que está sendo acompanhado pela Coordenadoria de Acompanhamento Discente(CAD). Pretende-se fazer um estudo avaliativo deste novo processo de acompanhamento do desempenho que incorpora alunos recém-admitidos e pré-concludentes nos cursos de graduação e quais os impactos significativos deste procedimento no cenário curricular. Espera-se que a efetividade do estudo seja real e viabilize a tomada de decisões no momento em que muitos projetos pedagógicos foram redesenhados.

Estratégia 5 – **Comunicação e divulgação interna e externa sobre os cursos de graduação** realizada em diversos momentos:

1. **Junto à comunidade de pais** – ação iniciada por muitos cursos de graduação junto às coordenações com o apoio das diretorias de centros e de faculdades. Este procedimento está incluso no Plano de ação de algumas coordenações, no sentido de esclarecer aos pais e acadêmicos recém-ingressos sobre o curso, o projeto pedagógico, seus docentes e suas responsabilidades, considerando a família universitária mais ampla e segura para proceder críticas e recomendações para o desempenho institucional. É um ato público de avaliação que extrapola a tradição da academia fechada;
2. **Junto à ouvidoria da UFC** - em que são feitos esclarecimentos sobre a dinâmica curricular;
3. **Junto à FM UNIVERSITÁRIA** – através da participação de Coordenadores de Cursos de Graduação em Programas da Rádio FM UNIVERSITÁRIA para divulgar seus Cursos, e da PrGr sobre temas polêmicos como Reforma Universitária, Cotas, financiamento, dentre outros assuntos;
4. **Junto às escolas de ensino médio** – esclarecimento sobre os cursos de graduação realizados pelas coordenações de curso com o apoio do Programa de Educação Tutorial – PET/UFC, que totalizam 17 grupos;
5. **Junto às turmas de graduação** – ação mediada pelos Monitores que passarão a incluir em suas atividades o esclarecimento sobre os projetos pedagógicos recém-implementados.

Estratégia 6 – **Instalação de uma sistemática de avaliação docente pelo discente e do curso, pelo aluno pré-concludente**, articulado ao sistema e à matrícula. No cenário da cultura da avaliação, este procedimento faz parte da ação-esclarecimento reescrita como democrática, aberta (*on line*), e que assegura a crítica propositiva.

Estratégia 7- **Apoio às Coordenações de Cursos de graduação no processo de reconhecimento e/ou renovação de reconhecimento** – esta ação vem sendo realizada desde 2003 sobre o novo desenho do ACE/INEP, em que se apreende uma dimensão

construtiva e formativa da avaliação, vislumbrando o crescimento institucional. Nesse sentido, é feita uma avaliação prescritiva das condições de oferta do curso, fundada no manual de avaliação das condições de ensino e o preenchimento, pelas coordenações de curso, do formulário eletrônico (*on line*), tendo em vista subsidiar as comissões de especialistas com informações antes e durante a visita *in loco*, habilitando-se a prestar esclarecimentos. Este procedimento tem mobilizado todos os segmentos e atores institucionais, bem como contribuído significativamente para o entendimento desse procedimento avaliativo como parte do cotidiano da gestão curricular da graduação, bem como contribuído para construção de projetos pedagógicos e redimensionamento da ação docente e discente – como intelectual público.

2.3. Experiências institucionais associadas à avaliação: o caso da extensão

Paradoxalmente, quiçá a área com menos experiência na prática avaliativa, no âmbito da UFC, seja a área da extensão universitária. Nela, há atividade avaliativa unicamente na seleção dos projetos e durante processo para a concessão de bolsas de extensão. Ressalta-se a idéia de certo paradoxo, pois a extensão é uma das atividades institucionais de maior peso dentro dos muros da UFC.

Portanto, também nesse caso, necessita-se repensar a avaliação da extensão como atividade institucional de elevado impacto social, idéia esta que está intimamente relacionada ao conceito de responsabilidade social e institucional, conceito este que, atualmente é muito comentado e discutido nos espaços e círculos intelectuais ligados à educação e ao ensino superior.

2.4. A prática da avaliação da atuação docente

A avaliação docente foi instituída, no âmbito da UFC, através da resolução nº 18/CEPE, de 28 de agosto de 1990, estando ainda em vigor. Nela, foi inaugurado período buscando o julgamento e o mérito da atuação docente, ante o olhar discente. Para tal, foi estabelecido o uso de um questionário composto por 10 questões, seguidas por uma escala tipo Likert de cinco pontos, sendo o menor de valor dois e o maior de valor 10. O papel do aluno é atribuir um desses valores a cada uma das 10 afirmações. Ao final gera-se um escore total para o avaliado, que sintetiza, em forma numérica, a apreciação discente acerca da qualidade e adequação da atuação docente.

Pautada em um modelo ultrapassado de avaliação de desempenho, assim mesmo, cumpriu sua função de nortear a atuação docente. Não obstante, dada a necessidade da corporação em se auto-protger, a avaliação docente tem sido alvo de muitas críticas e, com o passar do tempo, tem perdido a sua função educativa e indutora. Isso porque a sistemática avaliativa não tem servido aos seus reais propósitos de julgar o mérito da atuação dos docentes e de lhes retro-alimentar quanto a esse relevante aspecto. Serve, atualmente, unicamente como um dos critérios necessários à progressão docente.

Sendo assim, além de estar pautada num modelo avaliativo de visão muito restrita, os seus resultados sequer têm cumprido as duas funções para os quais existem: *iluminar e retro-alimentar os docentes acerca da sua atuação em sala de aula*. Necessário faz-se, portanto, repensar, urgentemente, a prática avaliativa dos docentes da UFC.

2.5. A prática da avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos

Antes de tudo, convém salientar e compreender os deveres dos técnico-administrativos, presentes na Lei 8.112 de 11 de dezembro de 1990, consolidada com a Lei 9.527 de 10 de dezembro de 1997, especialmente no Capítulo I, Art. 116. Segundo o mesmo:

Art. 116. São deveres do servidor:

I – exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II – ser leal às instituições a que servir;

III – observar as normas legais e regulamentares;

IV – cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V – atender com presteza;

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública;

VI – levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo;

VII – zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII – guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX – manter conduta compatível com moralidade administrativa;

X – ser assíduo e pontual ao serviço;

XI – tratar com urbanidade as pessoas;

XII – representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder;

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

A avaliação do desempenho dos servidores técnico-administrativos foi instituída, no âmbito da UFC, através da resolução nº 07/CONSUNI, de 3 de novembro de 1992, estando ainda em vigor. Estabelece, a citada resolução, no artigo 2º: o servidor técnico-administrativo deva ser avaliado pelo seu chefe imediato, desde que a ele esteja subordinado por período superior a seis meses; caso contrário, o servidor será avaliado pela chefia com a qual permaneceu por mais tempo, no decorrer daquele ano a que corresponde a avaliação.

Resultados de investigações acerca da sistemática da avaliação de desempenho dos servidores técnico-administrativos demonstram que a maioria possui excelente nível de desempenho! Isto é: não necessitam de treinamento ou atualização, pois atingiram o nível máximo de desempenho. Servidores técnico-administrativos em final de carreira foram indagados acerca da necessidade da avaliação de desempenho, mesmo neste estágio, ao qual afirmaram positivamente, o que nos faz pensar que muitos ainda vêem a avaliação com outros fins, que não apenas a progressão funcional.

Os dados por si só nos forçam a admitir que o desempenho administrativo da Instituição atinge níveis máximos, pois nos últimos cinco anos praticamente toda a força de trabalho administrativo da UFC obteve elevado grau de perfeição no que realiza, e mais: se falhas ocorrem, possivelmente demandam de outras áreas. Ademais o Relatório Anual de Atividades também nos permite inferir que a gestão administrativa da UFC atinge níveis de excelência, uma vez que os técnico-administrativos ocupantes dessas funções estão em níveis de desempenho superior. É ilação que vai de encontro à visão dos próprios gestores, que mostraram haver descaso da gestão em relação à avaliação. Sem auto-avaliações coletivas, sem re-planejamento, perde-se a *continuidade* dos processos democráticos que se iniciam, um dos princípios constantes do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB).

Em conseqüência da falta de investimento numa auto-avaliação verdadeira, que possibilite mudança gradativa na forma de pensar e agir dos servidores técnico-administrativos, os relatórios continuam a revelar a excelência dos servidores. Sem planejamento interno das atividades nas unidades de trabalho, o processo avaliativo se torna ainda mais complexo, pois como avaliar se não há definição de metas e objetivos?

Mesmo com todos esses problemas, é possível acompanhar o desempenho de todos, desde que o fruto da avaliação seja resultado de trabalho sério e consciencioso por

parte dos gestores e demais servidores. Que os resultados sejam revistos e trabalhados para que não se enraizem os problemas.

Outro agravante é o acompanhamento da assiduidade, que se dá por omissão da informação da frequência, ou seja, são informadas a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) apenas as ocorrências de falta recorrentes. Na avaliação o fator assiduidade constitui problema sério. Afirmam os gestores que, quando realizam a avaliação com lisura e seriedade são denunciados pelos servidores. Muitos avaliados, insatisfeitos com os resultados buscam o sindicato para denúncias, como se o sindicato fosse delegacia onde se prestam queixas. Ademais, por não concordarem com a valoração, digo, com a nota, preferem não assinar o formulário da avaliação e permanecem, por alguns anos, sem avaliação, até mudarem de unidade ou o avaliador perder a função. Instalada a animosidade entre avaliado e avaliador, ou o avaliado insatisfeito pede para sair da unidade ou o avaliador, sem ter a quem recorrer, devolve-o à SRH para que o mesmo seja lotado em outra unidade de trabalho.

Estes e outros problemas vão se cristalizando internamente, e sem um “olhar” mais demorado da própria comunidade interna sobre suas sombras, por meio de auto-avaliação institucional permanente, tais problemas tornam-se crônicos, portanto mais difícil de serem resolvidos. Por essas razões, a quase totalidade dos 49 gestores, conforme a pesquisa sobre avaliação e auto-crescimento, demonstram clareza com relação à importância da fase de auto-avaliação para mudança de cultura ou de mentalidade apesar da realidade constatada. Uma vez mais é constatado, *in situ*, a necessidade de amplo debate interno acerca da avaliação do desempenho dos servidores técnico-administrativos, sua função e sua serventia para o auto-crescimento pessoal e institucional.

3. O novo paradigma da avaliação inaugurado pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

A reflexão acerca das principais dificuldades da educação superior brasileira, dentre as quais destacam-se: o debate em torno da reforma universitária, a preocupação pelo estabelecimento de cotas para descendentes afro-brasileiros e minorias, o dilema ensino público *versus* privado, o baixo nível de financiamento do ensino público e seu conseqüente sucateamento, as tendências e os modelos da avaliação educacional, são, todos eles, aspectos que vêm provocando discussões nos diferentes fóruns, encontros, seminários e conferências nos quais participam importantes atores educacionais (TRINDADE, 2004)². Em face dessa gama de desafios, pretendemos refletir acerca dos fundamentos e da concepção do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)³, já que a avaliação educacional faz-se temática ordinária e corrente, em particular no campo da educação superior (DIAS SOBRINHO & RISTOFF, 2003)⁴. Acerca do SINAES, cabe mencionar a Jaegger Gama (2004)⁵, que destaca:

[...] o SINAES é um sistema autônomo de supervisão estatal que busca integrar dimensões internas e externas, particulares e globais dos diversos objetos e objetivos da avaliação, propondo-se a ser somativo e formativo,

² Trindade, H. A República em tempos de reforma universitária: o desafio do Governo Lula. *Educação e Sociedade*, 25 (88), pp. 819-844, Campinas, 2004.

³ Das 2.124 IES brasileiras, 1.712 já aderiram ao processo de avaliação e estão se preparando para iniciá-lo, explicou o Prof. Héglio Trindade, presidente da CONAES. Esses números representam 87,2% de adesão das instituições federais; 82,6% das privadas e 56% das estaduais.

Fonte: http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/edusuperior/sinaes/news04_07.htm. Acesso em 01/IX/2004.

⁴ DIAS SOBRINHO, J. & RISTOFF, D. (Org.). *Avaliação e compromisso público. A Educação Superior em debate*. Florianópolis: Editora Insular, 2003.

⁵ JAEGGER GAMA, Z. *O Provão morreu. Viva o SINAES?* Fonte: <http://www.espacoacademico.com.br/032/32cgama.htm>. Acesso em 29/XI/2004.

quantitativo e qualitativo. Sua função explicitamente regulatória, tende a suprir a ausência do Estado no que diz respeito ao aprimoramento das IES, seus objetivos e funcionamento, e à reorientação do sistema de educação superior de modo a atender as necessidades de uma Nação democrática e soberana.

Sua vigência implica criar novas regras de entrada, de permanência e de saída do sistema, comprometendo-se a não operar com a ideologia da competitividade, da concorrência e do sucesso individual, admitindo explicitamente estar impregnado pela vontade de ajudar a construir uma concepção de educação superior socialmente comprometida em seus objetivos e funções, oferecendo a garantia de se balizar, em termos conceituais e políticos, por um conjunto de princípios, tais como o de que a educação é um direito social e dever do Estado e que a vida das instituições de educação deve se pautar por valores sociais historicamente determinados. Preceitua, ainda, que a avaliação implica em regulação e controle, e que sua prática social global, legítima, contínua e educativa deve ter respeito à identidade e à diversidade [...].

Nesse âmbito de debates em torno aos problemas supra-referidos, que são levados a cabo pelo Ministério da Educação e pelos organismos de financiamento da educação, o texto traz à baila reflexões acerca dos princípios, objetivos, critérios e as características mais marcantes do SINAES que, enquanto proposta avaliativa, permitirá construir consciência nacional em prol da implantação de **nova cultura da avaliação institucional**, a partir da *integração das dimensões interna e externa, particular e global, somativa e formativa, quantitativa e qualitativa, e os diversos objetos e objetivos da avaliação* (SINAES, 2003, p.71)⁶.

Ao longo do estudo sobre o SINAES⁷, nota-se, facilmente, que este se fundamenta em princípios e objetivos ligados diretamente aos interesses sociais da Educação Superior e cuja implementação deverá ser, portanto, ensejada por todas as Instituições do Ensino Superior (IES), sejam de caráter público ou privado. Por exemplo, no caso da auto-avaliação das instituições de ensino superior (IES), deverá esta atividade ter caráter marcadamente *participativo e democrático*, isto é, haverá que se buscar ampla mobilização dos setores componentes dessas instituições educacionais para que, assim, seja possível atuação contundente dos seus membros: os docentes, os discentes e os servidores técnico-administrativos. Outros princípios que merecem destaque, conforme cita Ristoff (2000)⁸: busca pelo *conhecimento global da realidade educacional*, que deve ser avaliada através de diversos procedimentos metodológicos; adoção de *indicadores quantitativos e qualitativos*, por conta da complementaridade e da riqueza de ambos; preocupação pela *ética da ação dos protagonistas*, que deve estar presente durante todo o desenrolar da atividade avaliativa; *prescindibilidade de comparar as IES*, ou seja, a comparabilidade que se deve fazer é entre o estado atual da IES e o seu passado imediato, com vistas ao planejamento das suas ações institucionais futuras (ANDRIOLA, 2004)⁹.

Outrossim, cabe destacar que o SINAES integra três diferentes métodos para avaliar os principais aspectos ou dimensões da realidade educacional:

⁶ BRASIL. SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR. LEI nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

⁷ Para leitura de maior fundamentação acerca do SINAES, consultar a Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES), que no Volume 9, Número 1, de 2004, aborda o tema de modo amplo e profundo.

⁸ RISTOFF, D. I. (p. 37-51). In BALZÁN, N. C. & DIAS SOBRINHO, J. *Avaliação Institucional*. Teoria e experiências. São Paulo: Editora Cortez, 2000.

⁹ ANDRIOLA, W. B. Avaliação institucional na Universidade Federal do Ceará (UFC): organização de Sistema de Dados e Indicadores da Qualidade Institucional. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior (RAIES)*, Campinas, vol. 9 (4), p. 33-54, 2004.

a) *Avaliação dos Cursos de Graduação*: avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas *in loco* de comissões externas.

b) *Avaliação do Desempenho dos Estudantes (ENADE)*: aplica-se aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso, estando prevista a utilização de procedimentos amostrais.

c) *Avaliação das Instituições de Educação Superior*: é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação e se desenvolve em duas etapas principais: (i) *auto-avaliação*, que deve ser coordenada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) de cada IES; (ii) *avaliação externa*, que será realizada por comissões designadas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), segundo diretrizes estabelecidas pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).

3.1. Constituição da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da UFC

A CPA da UFC foi constituída através de ato do Reitor, formalizado e tornado público pela portaria nº 922 de 11 de junho de 2004, em conformidade com o estabelecido no artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES¹⁰). Posteriormente essa mesma comissão foi aprovada em reunião do CONSUNI, celebrada em 22 de setembro de 2004. Sua composição, em conformidade com o estabelecido pela portaria mencionada, é a seguinte:

Prof. Wagner Bandeira Andriola – Presidente;

Profa. Maria de Lourdes Peixoto Brandão – Representante da Graduação;

Profa. Lorita Marlina Freitag Pagliuca – Representante da Pós-Graduação;

Prof. Fernando José Pires de Sousa – Representante da Extensão;

Profa. Mirtes Miriam Amorim Maciel – Representante dos Docentes (Presidenta do Sindicato dos Docentes da UFC – ADUFC);

Vera Maria Gomes de Almeida – Representante dos técnico-administrativos (Vice-Presidenta do Sindicato dos Servidores Técnico-Administrativos – SINTUFCE);

Paulus Igor Lima Xavier – Representante dos Discentes (Presidente do Diretório Central dos Estudantes – DCE);

Prisco Rodrigues Bezerra – Representante da sociedade civil (Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC);

Fernando de Assis Diniz - Representante da sociedade civil (Central única dos Trabalhadores - CUT).

3.1.0. Funções e papéis das Comissões Próprias de Avaliação (CPA's)

Sendo o Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA) de respeitável Instituição Federal de Educação Superior (IFES), a Universidade Federal do Ceará (UFC), que é referência no âmbito das regiões Norte e Nordeste do Brasil, enfocarei, a partir de agora, os desafios, as conseqüências e as necessidades que se apresentam ou que se vislumbram, nesse momento antecedente à auto-avaliação ou avaliação institucional propriamente dita. Abordaremos, a partir de agora, alguns aspectos inerentes às CPA's, destacando, inicialmente, as funções da CPA.

De acordo com o documento da Comissão de Avaliação da Educação Superior (CONAES) intitulado *Diretrizes para a avaliação das Instituições de Ensino Superior*, que foi publicado em 26/VIII/2004, as Comissões Próprias de Avaliação (CPA's) **integram** o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Estabelecem, as CPA's,

¹⁰ De acordo com o artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, "Cada instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA, no prazo de 60 dias a contar da publicação desta Lei (...)"

um elo com este último, ou seja, *permitem associar seu projeto específico de avaliação institucional ao conjunto do sistema de educação superior do país.*

Aclara, ainda, o mencionado documento, que as CPA's serão responsáveis pela *“condução dos processos de avaliação internos, da sistematização e da prestação das informações, que venham a ser solicitadas pelo INEP”*.¹¹ Emerge, então, papel crucial das CPA's na elaboração e desenvolvimento de proposta de auto-avaliação, em consonância com os interesses da coletividade acadêmica. Ressalte-se, nesse momento, que a CPA é *órgão de representação acadêmica e não da administração da instituição.* Sendo assim, para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, é recomendável que os partícipes ou atores institucionais sejam consultados durante o processo de escolha dos seus membros. Tal se faz necessário, pois, sem o envolvimento da comunidade, a avaliação deixará de caracterizar-se como atividade democrática e participativa.

Ainda no tocante à sua composição, deverá a CPA contar com a participação de todos os segmentos da comunidade acadêmica, bem como de representantes da sociedade civil organizada. Aclare-se que os órgãos colegiados superiores da instituição definirão o modo de organização, a quantidade de membros e a dinâmica de funcionamento. Após haver sido constituída a CPA, o seu funcionamento deverá prever estratégias que levem em consideração as características intrínsecas da instituição, seu porte e as experiências anteriores no campo da avaliação institucional.

Desafortunadamente, o caminho das CPA's será bastante difícil, com obstáculos, dificuldades e desafios inerentes à larga caminhada que se vislumbra até a consecução da auto-avaliação institucional. A seguir todas essas temáticas são abordadas.

3.1.1. Principais necessidades que se apresentam às CPA's

Para vencer os desafios e as dificuldades que se lhes apresentam, as CPA's devem ter clareza de algumas necessidades que têm e que devem ser supridas a contento. A primeira delas refere-se ao *apoio incondicional da administração central da IES.* Nesse caso, há que se aclarar alguns aspectos que revelam certo paradoxo. Ao mesmo tempo em que se ressalta a imprescindibilidade de autonomia da CPA frente a IES, no tocante a sua práxis ou ao seu agir, fica patente a necessidade de contar com um mínimo de apoio dessa mesma IES. Em outras palavras: a CPA tem autonomia no seu agir, na busca pelas informações ou dados que lhes sejam convenientes para cumprir com a avaliação das dimensões institucionais presentes no SINAES¹², porém necessita de apoio mínimo para executar a contento as funções que lhes foram atribuídas¹³.

Apesar de ser um elemento de característica marcadamente política, não há como garantir a realização da auto-avaliação institucional participativa e fidedigna sem contar com o mencionado apoio. Assim, necessário faz-se existência de pessoal de apoio; espaço físico para as reuniões; equipamentos de informática para a produção de textos; arquivo para documentos oficiais, textos relevantes de leitura, atas de reuniões etc. Vê-se, portanto, que também os gestores devem ser sensibilizados e aclarados acerca da importância de apoiar a atuação das CPA's.

Ademais, há que se enfatizar para os gestores o valor político, ético, técnico e profissional da atividade de avaliação institucional, pois há inúmeras possibilidades quanto ao uso dos seus resultados (SANTORO TRIGUEIRO, 2004; EYNG, 2004)¹⁴. Mais

¹¹ Art. 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

¹² SINAES. *Roteiro de Auto-Avaliação Institucional – 2004*. Brasília: INEP, 2004.

¹³ Conforme prevê o artigo 11 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que foi regulamentado pela Portaria nº 2.051, de 9 de julho de 2004 (ver artigo 7º dessa mesma portaria).

¹⁴ SANTORO TRIGUEIRO, M. G. A avaliação institucional e a redefinição das estruturas e modelos de gestão das instituições de ensino superior do país. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, vol. 9 (3), p. 11-30, 2004.

uma vez revela-se, assim, a *imprescindibilidade da formação educativa ou pedagógica*, atividade inerente à fase de sensibilização.

Segunda necessidade: *tempo mínimo para maturação dos membros da CPA acerca da visão de avaliação institucional que subjaz ao SINAES*. Como um bom vinho necessita tempo mínimo para atingir a qualidade idealizada pelos enólogos, o mesmo ocorre na área da avaliação educacional. No âmbito interno da CPA, isto é, no micro-nível, necessário faz-se que haja um período adequado para as conversas, os intercâmbios de idéias e opiniões, a troca de experiências entre os membros das CPA's acerca da avaliação institucional, pois tal atividade caracteriza-se como ato político. Ademais, no âmbito macro, isto é, no contexto institucional, também haverá necessidade de tempo mínimo para discussões nos espaços de representação dos diferentes segmentos organizados: coordenações de cursos; departamentos; centros e faculdades; sindicatos; conselhos universitários, dentre outros.

Sendo assim, faz-se necessário que as percepções ideológicas acerca da atividade avaliativa sejam afinadas, limadas e buriladas, para que, desse modo, visões diferenciadas sejam aproximadas; estereótipos acerca da avaliação institucional sejam extintos; medos e temores individuais sejam demovidos; dinâmica propícia ao trabalho em grupo seja construída, solidificada e implementada. Enfim, faz-se mister que um período mínimo probatório seja posto em marcha, sob o perigo de a dinâmica do grupo —interna e externa à CPA— não ser a mais propícia ou a mais desejada ao tipo de atividade a que se vislumbra implementar.

Terceira necessidade: desejável seria, desde o meu ponto de vista, *contar com pessoas com sólida formação humanística e técnica, à frente das CPA's*. Esse binômio composto pela *formação humanística* somada à *formação técnica em avaliação educacional* resultará, não tenho a menor dúvida, em *processos avaliativos de elevada repercussão interna e externa*. Internamente, haverá clareza em *onde se quer chegar* (finalidade), *através de que meios* (informações e procedimentos), *contando com que recursos* (materiais e humanos, sobretudo), *com a ajuda de quem* (atores institucionais) e *com que normas* (ética do processo). A clareza em como deve ser executado o processo avaliativo no seu todo permite, na minha opinião, engajar com maior facilidade os atores institucionais. Externamente, poderá haver o reconhecimento por setores organizados da sociedade civil e outros segmentos sociais da preocupação institucional com a regulação das suas atividades acadêmicas. Isto significará sinalizar para esta mesma sociedade da qual faz parte a IES, preocupação por implementar uma visão institucional da educação como bem público; adoção de transparência na gestão dos recursos financeiros; engajamento coletivo na busca de maior justiça social na região; formação de consciência institucional ética e comprometida com o constante aprimoramento institucional (Cf. DIAS SOBRINHO, 2002)¹⁵.

Porém, não sejamos ingênuos: dada a extrema dificuldade de contarmos com recursos humanos com o perfil supramencionado, será inevitável a implementação de estratégias alternativas. Desse fato, resulta a quarta necessidade das CPA's: *intenso intercâmbio de experiências na área da avaliação educacional*. Partindo do suposto de que as IES são heterogêneas quanto aos seus princípios, suas atividades acadêmicas, seus compromissos sociais e suas visões de sociedade, também os membros das CPA's refletirão essas diferenças. Haverá casos, sem sombra de dúvidas, em que a IES não conte com nenhuma experiência prévia na área da avaliação educacional e, sendo assim, provavelmente os membros da sua CPA também se ressintam da mesma experiência. Portanto, os gestores e os componentes da CPA devam submeter-se, com certa

EYNG, A. M. Avaliação como estratégia na construção da identidade institucional. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas, vol. 9 (3), p. 31-50, 2004.

¹⁵ DIAS SOBRINHO, J. *Universidade e avaliação. Entre a ética e o mercado*. Florianópolis: Insular, 2002.

freqüência, a situações de características marcadamente educativa e formativa. Desse modo, os encontros e/ou seminários regionais devem ser encorajados, incentivados e apoiados, pois permitirão o salutar intercâmbio de idéias e opiniões, ademais da *cooperação entre as IES*, encorajando a construção de nova consciência coletiva acerca da avaliação institucional.

Quarta dificuldade: os docentes que fazem parte da CPA/UFC exercem, ademais das funções inerentes à mesma, cargos de chefia em quatro Pró-Reitorias (Planejamento, Graduação, Pós-Graduação e Extensão), além da docência e orientação no âmbito da graduação, da pós-graduação e da extensão. Portanto, como se pode inferir, é um grupo de docentes que está sobrecarregado no exercício de suas funções. Sendo assim, as atividades sob a responsabilidade desse *petit comittè* necessita, com a máxima urgência, do suporte de pessoal de apoio, além de recursos materiais (computador, impressora, papel, cartuchos de impressão, telefone etc).

3.1.2. Principais desafios que se apresentam às CPA's

Como mencionamos, inúmeros desafios se apresentam à atuação das Comissões Próprias de Avaliação (CPA's) nesse caminhar rumo à execução da auto-avaliação institucional da UFC. O primeiro deles refere-se à imperiosa necessidade de *sensibilizar a comunidade interna* acerca da temática; o segundo tratará do *incentivo ao engajamento democrático dos atores institucionais*.

a) Sensibilização da comunidade interna

A sensibilização da comunidade interna¹⁶ acerca da relevância da avaliação institucional, deverá dar prioridade ao alcance de dois objetivos absolutamente imprescindíveis ao seu êxito: (i) *incrementar o grau de informação a respeito da nova sistemática avaliativa* e, por conseguinte, do novo paradigma teórico que a fundamenta; (ii) *destruir o estereótipo da avaliação educacional como sinônimo de punição e estabelecimento de ranking*. Observamos, desse modo, que a tarefa de sensibilizar a comunidade interna implicará, quase necessariamente, em reeducá-la acerca dos *fundamentos epistemológicos, teóricos e éticos* da avaliação educacional, dos *conceitos* e das *funções*. A sensibilização da comunidade interna transforma-se, portanto, em atividade de *natureza educativa*.

O segundo ato da sensibilização implicará no esclarecimento, à comunidade acadêmica, de que a avaliação educacional, no novo paradigma inaugurado com o surgimento do SINAES, não significa *punição*, é sinônimo, isto sim, de *reflexão e discussão coletiva*, revestindo-se, desse modo, no ponto de partida para o aprimoramento institucional. Em outros termos: cabe aos atores institucionais buscar a melhoria ou a otimização da realidade educacional a partir de profunda reflexão acerca dos resultados da avaliação institucional.

Deve-se destacar, ainda, que a *reflexão acerca dos resultados* reveste-se, por si só, em atividade propiciadora de certos *câmbios individuais*. Por exemplo, pode-se imaginar o

¹⁶ Compreendemos a sensibilização como atividade que ultrapassa a idéia de *negociação*, conforme propõe Requena (1995). Segundo essa autora, a *negociação* é o critério inicial que deve ser enfatizado, quando se fala de avaliação institucional, caracterizada pelos diálogos e acordos subjacentes ao processo avaliativo, cujos sujeitos implicados são os avaliadores e os atores institucionais. As negociações deverão ser estabelecidas durante todo o processo de avaliação, com o objetivo de evitar rejeições, reticências, prejuízos e falsas expectativas dos distintos coletivos da instituição educacional, objeto da avaliação. A sensibilização tem todas essas características, porém é acrescida do princípio da *ação pedagógica*, isto é, a idéia de que ao mesmo tempo em que se abrem espaços de discussão entre os vários atores institucionais, aproveita-se para formá-los numa visão humanista, ética e técnica da avaliação educacional, desfazendo mitos e extinguindo estereótipos acerca da mesma. Fonte: REQUENA, A. T. Un modelo de evaluación para centros no universitarios. *Comunidad Educacional*, Madrid, septiembre-octubre, p. 25-31, 1995.

Coordenador do Curso de Graduação que, deparando-se com dados comprometedores acerca dos níveis de evasão discente e reprovações verificadas em seu curso, adote posturas diferenciadas, tais como: (i) tentar engajar mais fortemente os seus colegas docentes na tarefa de acompanhamento dos recém ingressos; (ii) planejar atividades que visem a incrementar o grau de informação dos recém ingressos acerca do curso, do currículo, das atividades de investigação, extensão e monitorias; (iii) rever os conteúdos curriculares à luz das novas tendências e necessidades sociais e do mercado de trabalho local, regional e nacional; (iv) tentar que os colegas reflitam acerca da sua práxis docente, visando dotá-la de maior grau de compromisso institucional e responsabilidade acadêmica. Enfim, o exemplo representa os câmbios ou modificações que poderão vir a ser observadas e efetivadas no micro-nível, isto é, no nível das individualidades e dos micro-espacos. No entanto, necessitamos que essas transformações dêem-se nos níveis macro. Como consegui-lo é o que tentaremos demonstrar através da discussão presente no próximo tópico.

b) Incentivo ao engajamento democrático dos atores institucionais

Efetivar mudanças na *consciência institucional* acerca do papel e da relevância da avaliação educacional significará, na minha opinião, buscar ampla *mobilização acadêmica* nas discussões que deverão acontecer no âmbito interno da IES. Os espaços destinados aos seminários e encontros internos devem integrar, de modo democrático, os três grandes segmentos representativos da IES, quais sejam: os discentes, os docentes e os servidores técnico-administrativos. Buscar o apoio desses três grupos de atores institucionais é tarefa imprescindível; marcará a diferença entre processo avaliativo transparente, democrático e participativo, e outro obscuro, centralizador e antidemocrático.

As discussões internas, que visem dotar a comunidade acadêmica de um rol de relevantes informações acerca da avaliação educacional, do seu papel, das suas funções e dos seus princípios, trarão consigo a *mobilização dos agentes* dessa mesma comunidade. Fazendo uma metáfora dessa situação com o preparo de uma boa comida: é como se os ingredientes, que dão aroma e sabor, fossem adicionados pelo cozinheiro, aos poucos, aos elementos básicos do prato em preparo. O aroma começará a revelar sinais olfativos aos comensais, que deverão salivar e desejar saboreá-lo. O sabor será observado somente após o preparo do prato; nessa ocasião os comensais poderão deliciar-se com o mesmo. Ah, em tempo: o cozinheiro é a CPA; o prato principal é o resultado da auto-avaliação institucional. Como um bom cozinheiro, a CPA deverá preocupar-se em não deixar a comida queimar, ficar demasiadamente salgada ou apimentada. Para tal, deverá *intervir durante todo o processo* de seu preparo. Vê-se, portanto, outra relevante função da CPA: *corrigir as estratégias adotadas para a auto-avaliação institucional durante a marcha do próprio processo avaliativo*. Para tal, há que se buscar a participação dos atores institucionais, através da mobilização.

Mobilizar significará, assim, estabelecer estratégias de engajamento que possibilitem a efetivação de mudanças, que deverão ocorrer no âmbito dos macro-setores da instituição. Assim, por exemplo, a mobilização dos agentes acadêmicos responsáveis por um curso qualquer afetará positivamente, assim o esperamos, os cursos circunvizinhos que, por seu turno, “contaminarão” esferas superiores, tais como departamentos acadêmicos, centros, faculdades, pró-reitorias etc. A bola de neve começa, então, a mover-se e a “engrossar”. Essa bola de neve chama-se *consciência institucional*; quando esteja em movimento significará que os câmbios advindos da *mobilização* começam a surtir os efeitos desejados, quais sejam: *despertar nos atores institucionais a necessidade do engajamento e da participação ativa*, sem os quais o

processo de avaliação institucional negará a desejável característica de *atividade participativa e democrática* (RISTOFF, 2000)¹⁷.

Terá engrossado o suficiente, a tal bola de neve, quando a ampla maioria dos agentes ou dos atores institucionais converta-se, de fato, em co-partícipes da avaliação institucional; atue de modo diferenciado em sua práxis cotidiana; esteja comentando acerca dos resultados da avaliação institucional; reflita acerca das propostas de aprimoramento institucional; cobre dos gestores as saídas visualizadas. Estamos falando, portanto, da mais visível consequência da avaliação institucional: *incremento da consciência política dos atores institucionais*, aspecto que abordaremos em seguida.

3.1.3. Breve retrospectiva histórica das andanças da CPA da UFC

Passamos a relatar, a seguir, os vários eventos, internos e externos, nos quais a totalidade ou parte substancial da CPA da UFC participou:

a) Reunião com os Coordenadores de Cursos de Graduação e Diretores de Centros e Faculdades para discutir a proposta de criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), realizada no auditório do Centro de Tecnologia da UFC em novembro de 2003.

b) Participação no I Encontro Interno da Universidade Federal do Piauí (UFPI) sobre Avaliação Institucional, no qual esteve presente o Prof. José Dias Sobrinho conferindo palestra sobre o SINAES (dezembro de 2003).

c) Organização do I Congresso Internacional em Avaliação Educacional, no qual esteve presente o Prof. José Dias Sobrinho conferindo palestra sobre o recém criado SINAES (maio de 2004).

d) Composição da CPA/UFC e homologação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), em junho de 2004.

e) Reunião de Pró-Reitores e Diretores de Centros e Faculdades com o diretor da SESU e ex-reitor da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Prof. Carlos Roberto Antunes dos Santos, versando sobre financiamento das IFEs e SINAES (julho de 2004; Gabinete do Reitor da UFC).

f) Palestra do Prof. Hélgio Trindade, ex-reitor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e atual Presidente da CONAES, versando sobre o SINAES (setembro de 2004; Gabinete do Reitor da UFC).

g) Participação do Prof. Wagner Bandeira Andriola (UFC), presidente da CPA/UFC, em reunião realizada no CNE, versando sobre a importância e o papel dos pesquisadores institucionais no processo de avaliação institucional (setembro de 2004).

h) Participação do Prof. Wagner Bandeira Andriola e Ciro Nogueira Filho (UFC) em reunião dos Pró-Reitores de Planejamento das IFES, realizada no CNE e versando sobre avaliação institucional (outubro de 2004).

i) Palestra de abertura do I Evento Interno em Avaliação Institucional da UFC, proferida pelo Prof. Dilvo Ivo Ristoff (DEAS/INEP/MEC), versando sobre o Censo da Educação Superior de 2003 e sobre o SINAES (novembro de 2004, auditório Castelo Branco).

i) Palestra proferida pelo Prof. José Dias Sobrinho (UNICAMP), versando sobre o a ética no âmbito da avaliação institucional como atividade integrante do I Evento Interno em Avaliação Institucional da UFC (novembro de 2004, auditório Castelo Branco).

j) Palestra proferida pelo Prof. Wagner Bandeira Andriola (UFC), presidente da CPA/UFC, versando sobre a importância de um sistema de indicadores para a avaliação institucional. Atividade integrante do I Evento Interno em Avaliação Institucional da UFC (novembro de 2004, auditório Castelo Branco).

¹⁷ RISTOFF, D. Avaliação institucional. Afirmando valores. *Revista Educação e Ensino*, vol. 2 (5), p. 13-21, 2000.

k) Participação em reunião do CEPE para discutir a proposta de avaliação, contida na Lei 10.861 de 14 de abril de 2004, que criou o SINAES (novembro de 2004).

l) Participação em reunião com o Fórum de Coordenadores dos Cursos de Graduação para debater a proposta de avaliação institucional contida no roteiro de auto-avaliação institucional (novembro de 2004).

m) Participação no Fórum de Pró-Reitores de Graduação das IES do Norte e Nordeste para debater os desafios e as conseqüências da atuação das CPA's (novembro de 2004).

n) Participação do Prof. Wagner Bandeira Andriola (UFC), presidente da CPA/UFC, em mesa redonda realizada no DAES/INEP/MEC versando sobre a avaliação institucional participativa (dezembro de 2004).

o) Reunião da CPA para refletir sobre a elaboração do projeto de avaliação institucional e envio à CONAES em março de 2005 (dezembro de 2004).

p) Reunião da CPA para refletir sobre a elaboração do projeto de avaliação institucional e a operacionalização do mesmo (fevereiro de 2005).

q) Reunião da CPA para refletir elaborar o projeto de avaliação institucional e discutir sua operacionalização (março de 2005).

s) Reunião da CPA para aprovar o envio do projeto de avaliação institucional da UFC à CONAES (março de 2005).

4. Reflexões e proposições oriundas das reuniões da CPA da UFC

As reuniões sistemáticas da CPA da UFC têm resultado em infinidade de discussões, opiniões e reflexões. A seguir são detalhadas algumas propostas oriundas de tais reuniões, que deverão ser ainda amplamente discutidas.

4.1. Necessidade de revisão da composição da atual CPA da UFC

Na sua gênese, a composição da atual CPA/UFC foi atrelada ao dispositivo previsto no artigo 11 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, qual seja: *deveria ser constituída num prazo de 60 dias, após a aprovação da mencionada Lei*. Dado o pouco espaço de tempo destinado às discussões acerca de sua formação, a CPA/UFC foi criada por um ato do Reitor que não foi antecedido por amplos debates no seio interno da instituição. Sendo assim, os membros da CPA/UFC propõem que a sua atual composição seja revista e seja ampliada, para que atenda aos anseios de parcelas mais significativas da UFC. Como proposta, surgida ao fim da reunião realizada em 15/III/05, a atual CPA/UFC aconselha:

- Garantir a participação dos presidentes dos fóruns de coordenadores da graduação e da extensão, além de um representante dos coordenadores da pós-graduação;
- Garantir a participação de representantes das unidades acadêmicas.

4.2. Necessidade de contar com CPA's por unidades acadêmicas

Igualmente como no caso da CPA/UFC, comissões setoriais são bem vistas pelos membros, pois possibilitará descentralizar as atividades, além de assegurar a representatividade e a participação efetiva dos atores institucionais que compõem as unidades acadêmicas (centros e faculdades). Assim, a proposta da CPA/UFC é criar CPAS setoriais, que poderão representar cada um das nove unidades acadêmicas (centros e faculdades). Sua composição deverá englobar um docente, um técnico-administrativo e um discente, pelo menos, em proporção sempre paritária.

4.3. Necessidade de planejar estratégias visando a sensibilizar e a incentivar a participação e o engajamento dos atores institucionais

Incentivar a participação e o engajamento dos atores institucionais deverá resultar do debate acerca da avaliação institucional. Para tal, faz-se mister que a CPA/UFC possa contar com espaço para apresentar e debater a presente proposta, fruto de reflexões, discussões e reuniões dos seus componentes. Tais espaços devem ser proporcionados no âmbito das representações de classe (sindicatos), bem como nos conselhos universitários (CEPE e CONSUNI), como única forma de garantir o debate crítico e reflexivo que tal projeto necessita para que o mesmo reflita os anseios, as angústias, os medos e as esperanças da maioria da nossa comunidade acadêmica.

4.4. Necessidade de contar com condições mínimas de trabalho

O financiamento das atividades associadas à avaliação institucional é algo que deverá ser solucionado num curto espaço de tempo, pois há necessidade de custear despesas oriundas da sua ação. Não obstante, até o momento, não há qualquer perspectiva de financiamento, seja por parte do MEC/INEP, seja por parte da própria UFC.

Além do mais, a CPA resente-se de espaço físico exclusivo para o desempenho das suas funções. Também necessário faz-se a presença de pessoal de apoio, além de um mínimo de equipamentos que lhe dêem suporte operacional (computador, impressora, telefone, arquivos, etc).

5. Etapas previstas para a auto-avaliação institucional

De acordo com o parágrafo 1º do artigo 13 da lei 10.861 de 14 de abril de 2004, *a auto-avaliação institucional deverá ser finalizada em até dois anos contados a partir de 1º de setembro de 2004*. Sendo assim, há necessidade de se planejar, antecipadamente, todas as atividades que deverão ser executadas nesse período. O cronograma proposto pela CPA/UFC para o desenvolvimento das atividades de avaliação institucional, é abaixo apresentado.

Etapa 0: Constituição da CPA e intercâmbio de experiências e idéias entre os seus membros

A fase de maior fragilidade dos membros da CPA deu-se a partir da sua constituição formal, por ato do Reitor da UFC, que contou com a posterior aprovação do CONSUNI. Durante as reuniões iniciais foi patente os medos e as angústias de cada um dos seus integrantes em relação ao desafio enorme de implantar uma prática antipatizada por considerável parcela da instituição. Nesses momentos iniciais foi salutar o intercâmbio de idéias, de opiniões, além do compartilhamento de visões diferenciadas acerca da avaliação institucional. Procedemos a inúmeras leituras de textos básicos nessa área para que, assim, pudéssemos partir de posições teóricas mais ou menos aproximadas umas das outras. Essa fase durou aproximadamente seis meses, com início em setembro de 2004 e final em março de 2005.

Etapa 1: Preparação da comunidade interna para a auto-avaliação institucional

Está prevista para ser desenvolvida durante todo o 1º semestre de 2005, tendo sido iniciada ainda em setembro de 2004, conforme explicitado no tópico 3.1.3 (*Breve retrospectiva histórica das andanças da CPA/UFC*) deste projeto. A preparação da comunidade interna demandará amplos debates acerca do projeto de avaliação institucional nos espaços de representação acadêmica e nos órgãos colegiados da UFC. Não obstante, há que se deixar claro: devem, os mencionados debates, ser antecedidos

por esclarecimentos da comunidade acerca do próprio SINAES, sua concepção e suas funções.

Etapa 2: Operacionalização do Projeto de Auto-avaliação Institucional

Caracterizará a posta em marcha ou o deslanchar da atividade de avaliação institucional propriamente dita. Prevista para ser iniciada a partir de abril ou maio de 2005, concomitantemente à execução das atividades componentes da Etapa 1, acima descrita. Deverá pautar-se na busca incansável da participação de todos os segmentos integrantes da comunidade acadêmica da UFC, além de representantes da comunidade civil organizada, que integram a comunidade externa à instituição, alvo maior de sua própria existência.

Etapa 3: Consolidação e Análise dos Dados Institucionais

Consistirá numa análise minuciosa acerca da veracidade e da consistência das informações obtidas junto aos diversos agentes e/ou fontes institucionais. Tal se deve ao rigor e à precisão dos dados, características que deverão marcar a sistemática de coleta e análise dos dados institucionais. A atividade de análise dos dados institucionais dar-se-á com base no uso de *softwares* específicos para tal, tal como o *Statistical Package for the Social Sciences (SPSS for Windows)* e o *NUDIST*, considerando-se, sempre, a natureza das informações. A interpretação dos resultados dessas análises de cunho estatístico e qualitativo deverá ser objeto de análise e reflexão de todos os componentes da CPA, garantindo, desse modo, efetivo trabalho coletivo.

Etapa 4: Retro-alimentação da Comunidade Interna

Finalizada a fase de consolidação e análise dos dados institucionais será a vez de apresentá-los à comunidade interna, o que caracterizará a etapa de retro-alimentação dos atores institucionais. Trata-se de atividade importantíssima à atividade de avaliação institucional, pois através dela todos os partícipes poderão ter acesso às contribuições individuais e coletivas que resultaram no diagnóstico e no melhor conhecimento da realidade da qual fazem parte. Ademais, lhes permitirá, essa atividade, ter conhecimento holístico e um pouco mais aprofundado acerca das várias facetas da instituição da qual são sujeitos ativos. Reveste-se, a retro-alimentação, em atividade eminentemente politizadora e emancipadora. Seminários institucionais e setoriais deverão ser planejados para serem executados durante todo o processo avaliativo, com a finalidade de divulgar os resultados preliminares e finais, oriundos da avaliação institucional.

Etapa 5: Meta-avaliação

Consiste em refletir acerca da adequação do próprio processo e da sistemática avaliativa posta em marcha, no âmbito da UFC. É, assim, uma atividade que implica numa autocrítica de todos os agentes implicados, visando ao aprimoramento da atividade avaliativa. Deverá iniciar-se com reuniões dos membros da CPA, mas que será complementada com reuniões e reflexões dos membros das CPAs setoriais de cada unidade acadêmica. Ao término desses encontros deverá ser possível consolidar um conjunto relevante de críticas à avaliação institucional, permitindo, assim, o aprimoramento do processo por parte dos futuros responsáveis em executá-lo.

Etapa 6: Elaboração e Envio do Relatório à CONAES

Formalização de todo o processo avaliativo através de relato escrito a ser enviado à CONAES. Nele deverão constar os agentes implicados na atividade avaliativa, as estratégias metodológicas empregadas, os dados utilizados, as repercussões institucionais da avaliação e uma infinidade de outros aspectos que afetem, de modo

direto ou indireto, as atividades e práticas institucionais. Deve, o mencionado relatório, prezar pela precisão e pelo rigor científico, pela clareza da linguagem a ser empregada, pela transparência na apresentação dos resultados oriundos da avaliação institucional. Outrossim, deve ser remetido em rigorosa observância do prazo estabelecido pela CONAES.

6. Cronograma de execução das etapas

O quadro abaixo sintetiza a periodicidade planejada para a execução das atividades componentes de cada uma das etapas constituintes da avaliação institucional da UFC, cujo início deu-se em setembro de 2004 e cujo término está previsto para 1 de setembro de 2006 (conforme estabelece o parágrafo 1º do artigo 13 da lei 10.861 de 14 de abril de 2004).

Etapas	Cronograma de execução (nº de meses a partir de 1/IX/2004)																						
Etapa 0	X	X	X	X	X	X																	
Etapa 1	X	X	X	X	X	X	X	X	X														
Etapa 2							X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Etapa 3										X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Etapa 4												X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Etapa 5																	X	X	X	X	X	X	
Etapa 6																					X	X	X

7. Fontes e Instrumentais para a coleta das informações institucionais

As fontes de informação, que deverão alimentar a atividade de coleta, serão constituídas pelos atores e/ou setores internos à UFC, detentores de dados úteis à avaliação das dimensões institucionais previstas no Roteiro de Auto-Avaliação Institucional (2004).

Quanto aos instrumentais, deverão coadunar-se à natureza complexa dos dados e informações institucionais, isto é, respeitarão às especificidades dos fenômenos educacionais e institucionais. Com esse intuito, deverão ser empregados roteiros de entrevistas abertos e semi-abertos, além de questionários abertos, semi-abertos e fechados. Parte desse instrumental deverá estar disponível *on-line*, como é o caso específico dos questionários fechados.

8. Análise e Interpretação das informações institucionais

A atividade de análise dos dados institucionais dar-se-á através do emprego de técnicas e procedimentos adequados à natureza dos mesmos. Sendo assim, informações de caráter qualitativo deverão receber tratamento analítico coerente às suas especificidades, tais como a análise de conteúdo (BARDIN, 1979). Da mesma maneira, dados de caráter quantitativo receberão tratamento estatístico, em conformidade às suas especificidades. De todos os modos, essas informações ou dados institucionais deverão ser representados através de tabelas e/ou gráficos, que contenham as categorias

qualitativas ou quantitativas e suas respectivas frequências absolutas e relativas.

As interpretações e inferências, baseadas nesses resultados, deverão ser realizadas de modo coletivo, isto é, por parte de todos os componentes da CPA, ouvindo-se, também, os representantes das CPA's setoriais, bem como representantes da comunidade interna da UFC. O resultado deverá estar plasmado no relatório final de avaliação institucional da UFC, a ser enviado à CONAES.

9. Considerações Finais

O novo contexto político-educacional pelo qual passa o Brasil, na atualidade, torna necessária a participação ativa das Instituições de Ensino Superior (IES), visando a implementação e o êxito do SINAES. Possuidoras, as IES, de vasta massa crítica, cabe-lhes mobilizar setores acadêmico-científicos, no âmbito nacional, para discutir e refletir esse novo paradigma epistemológico da avaliação educacional, vislumbrado no SINAES. Justifica-se a última afirmação por vários aspectos a seguir enumerados:

- Concepção de avaliação como atividade que visa refletir e aprimorar a realidade educacional valorada;
- Julgamento da realidade educacional em todo o seu espectro (visão holística) e complexidade (uso de indicadores quantitativos e qualitativos), a partir da reflexão de toda a comunidade interna em torno aos dados avaliativos;
- Idealiza a participação de todos os afetados pela IES avaliada: comunidade interna (docentes, discentes e servidores técnico-administrativos) e externa (sociedade civil);
- Objetiva comparar a IES consigo mesma (o que foi no passado recente e o que pode vir a ser);
- Possibilita intercâmbio de idéias entre as IES, germinando, assim, o ideal da cooperação entre as mesmas (ausência de *ranking* para as IES).

Nesse contexto, cabe destacar, ademais, a idéia da avaliação interna ou auto-avaliação como *elemento unificador das informações ou dados institucionais* resultantes das ações das mais distintas unidades acadêmicas e administrativas, que compõem a IES. Desse modo, deverão os responsáveis pela gestão, pelo planejamento, além dos demais atores institucionais, debruçarem-se sobre esse manancial de informações educacionais para, assim, refletirem, planejarem e tomarem as decisões institucionais de modo mais acertado.

Dessa maneira, a avaliação interna lança as bases para o planejamento estratégico institucional, de caráter participativo, considerando-se os resultados obtidos. Trata-se, desse modo, de verdadeira revolução, que aponta para uma salutar mudança na cultura interna da UFC, sobretudo quanto às visões de avaliação, planejamento e gestão. Revela-se, portanto, momento ímpar na vida da cinquentenária, porém jovem UFC, que parece estar despertando e reconhecendo a relevância da avaliação institucional.

Nesse cenário inicial são vislumbradas perspectivas positivas com respeito à implementação de profundos câmbios qualitativos na vida universitária, resultantes da proposição de novo paradigma teórico-epistemológico, orientador das principais políticas nacionais destinadas à relevante área da educação superior. Finalizo mencionando ao célebre poeta brasileiro Tiago de Mello, que afirmou: *quem sabe onde quer chegar, encontra o caminho certo e o jeito de caminhar.*

10. Referências Bibliográficas

- AMADO, L. A. S. A auto-avaliação no ensino superior como dispositivo analisador dos processos de subjetivação: da avaliação-consumo à avaliação-produção. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, 4 (8), pp. 183-205, 2003.
- ANDRIOLA, W. B. Cuidados na avaliação da aprendizagem: algumas reflexões (pp. 157-168). In B. C. Mc DONALD (Org.). *Esboços em avaliação educacional*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003a.
- _____. Opinião dos alunos de Pedagogia sobre a qualidade educacional da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. (pp. 15-29). In W. B. ANDRIOLA & B. C. Mc DONALD (Org.). *Avaliação. Fiat lux em Educação*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003b.
- _____. *Detección del funcionamiento diferencial del ítem (DIF) en tests de rendimiento. Aportaciones teóricas y metodológicas*. Tese de Doutorado (629 pág.). Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2002.
- _____. Evaluación: la vía para la calidad educativa. *Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas em Educação*, 25 (7), out-dez, 1999.
- ANDRIOLA, W. B. & Mc DONALD, B. C. (Org.). *Avaliação. Fiat lux em Educação*. Fortaleza: Editora da Universidade Federal do Ceará, 2003.
- ANDRIOLA, W. B. & RODRIGUES, M. S. S. Avaliação institucional no ensino superior: idéias introdutórias e alternativas (pp. 122–128). *Anais do I Congresso Internacional em Avaliação Educacional*. Fortaleza: BNB, maio de 2004.
- BALZÁN, N. C. & SOBRINHO, J. D. *Avaliação institucional. Teoria e experiências*. São Paulo: Editora Cortez, 2000.
- BELLONI, I. Avaliação institucional: um instrumento de democratização da educação. *Brasília, Linhas Críticas*, vol. 5, nº 9, p. 7-30, jul-dez de 1999.
- BORDEN, V. M. H. & BANTA, T. W. *Using performance indicators to guide strategic decision making*. San Francisco: Jossey-Bass Publishers, 1994.
- BOTTANI, N. The OECD international education indicators. *Assessment in Education*, 1, (3), p. 333-350, 1994.
- _____. OECD international education indicators. *International Journal of Educational Research*, 25 (3), p. 279-288.
- BOTTANI, N. & TUIJNMAN, A. *International education indicators: framework, development and interpretation*. Paris: OCDE, 1994.
- CASANOVA, M. A. *La evaluación: garantía de calidad del centro educativo*. Zaragoza: Edelvives, 1992.
- _____. *Manual de evaluación educativa*. Madrid: La Muralla, 1997.
- COLL, C., PALACIOS, J. & MARCHESI, A. (Org.). *Desenvolvimento psicológico e educação*. Psicologia da Educação. Porto Alegre: Artmed Editora, 1996.
- CONTERA, C. Modelos de evaluación de la calidad de la educación superior. *Avaliação. Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, 5, (1), pp. 7-18, 2000.
- JANUZZI, P. M. *Indicadores sociais no Brasil*. Conceitos, fontes de dados e implicações. Campinas: Alínea, 2003.
- RISTOFF, D. Avaliação institucional. Afirmando valores. *Revista Educação e Ensino*, 2, (5), pp. 13-21, 2000.
- SILVA JÚNIOR, J. R., CATANI, A. M. & GILIOLI, R. S. P. Avaliação da educação superior no Brasil: uma década de mudanças. *Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, 4 (8), pp. 9-29, 2003.
- SOBRINHO, J. D. *Avaliação institucional na UNICAMP – processo, discussão e resultados*. São Paulo, Unicamp, 1994.

_____. *Avaliação*. Políticas educacionais e reformas da Educação Superior. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

SOBRINHO, J. D. & RISTOFF, D. (Org.). *Avaliação e compromisso público. A Educação Superior em debate*. Florianópolis: Editora Insular, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC. *Relatório Anual de Atividades*. Fortaleza: Pró-Reitoria de Planejamento/UFC, 2003.